



| | | | | | |
|--|----------------|----------------------|---|--|--|
| | revista | A T L 2 0 2 5 | | | |
| ATL ACAMPAMENTO <hr/> TERRA LIVRE | | | Apib somos todos nós Em defesa da Constituição e da vida. | | |



índice

Apresentação

APIB: 20 anos de luta e protagonismo dos povos indígenas no Brasil

ATL 2025: 21 anos da maior mobilização indígena do Brasil

ATL Dia 07

ATL Dia 08

ATL Dia 09

ATL Dia 10

ATL Dia 11

Carta Final do 21º Acampamento Terra Livre

Organização do Acampamento

Anexos

03

05

12

14

20

32

46

61

67

70

74



MULHERES ORIGINARIAS
RE
FLORES
TAM
ME
PL
C
DA T

DEMARCAÇÃO JAR
NOSSA SEGURANÇA
É NOSSO TERRITÓRIO

GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDACÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS
TERRA PROTEGIDA

LANDBACK!
solution to the climate crisis
Indigenous peoples and lands.

LANDBACK!
solution to the climate crisis
Indigenous peoples and lands.

apresentação

Entre os dias 7 e 11 de abril de 2025, Brasília mais uma vez se transformou no epicentro da resistência indígena com a realização da 21ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL). Sob o tema:

“APIB Somos Todos Nós: Em Defesa da Constituição e da Vida”

o evento reafirmou a força, a união e a determinação dos povos indígenas na defesa de seus direitos constitucionais e de seus territórios.

Este ano, o ATL teve um significado ainda mais especial: marcou os 20 anos da criação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), organização que ao longo de duas décadas tem sido fundamental na consolidação de uma voz coletiva e nacional dos povos indígenas. A celebração do legado da APIB se misturou às denúncias e às propostas trazidas por milhares de lideranças, em um momento crucial de afirmação política e cultural.

Durante cinco dias, o acampamento promoveu uma intensa programação que envolveu plenárias, debates, atos públicos, oficinas e manifestações culturais. As marchas pelas ruas da capital federal novamente ocuparam o espaço público com cantos, cores, danças e palavras de ordem, chamando a atenção da socie-

dade e das instituições para a urgência das pautas indígenas.

Um dos destaques desta edição foi a articulação em torno da campanha “*A Resposta Somos Nós*”, lançada ainda em 2024 na Cúpula do G20, no Rio de Janeiro. No ATL, a campanha foi amplamente discutida e fortalecida como estratégia de enfrentamento à crise climática, exigindo o fim da era dos combustíveis fósseis, uma transição energética justa e o reconhecimento da autoridade dos povos indígenas na proteção do planeta. As discussões também reforçaram a preparação para a participação indígena na COP30, que será realizada em novembro, em Belém (PA).

Nesta revista apresentaremos a trajetória da Articulação dos Povos Indígenas (APIB) destacando o seu papel como um órgão mobilizador do movimento indígena, fortalecedor da política indigenista e como porta voz de denúncias referentes aos povos originários. Resgataremos as memórias das mobilizações, diálogos e articulações que aconteceram na 21ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL), dando notoriedade às vozes que ecoaram entre as plenárias, palestras e rodas de conversas.

Desejamos que ao embarcar nas memórias e registros colocados nas páginas seguintes, o leitor se debruce na história da Articulação dos Povos Indígenas e na memória coletiva criada por meio da reunião dos povos indígenas de todo o Brasil ■

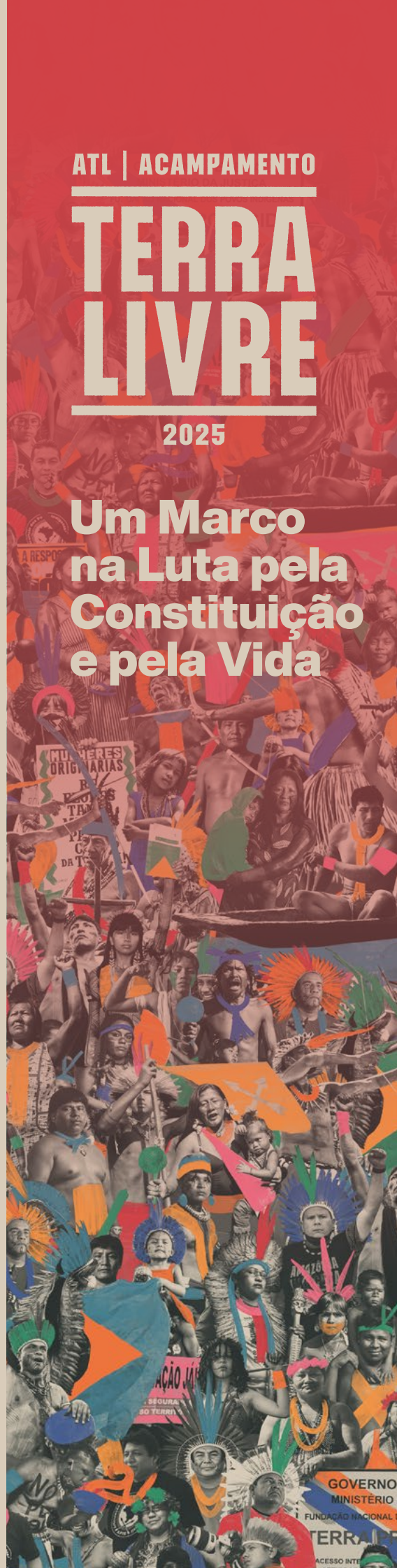
Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)

ATL | ACAMPAMENTO

TERRA LIVRE

2025

Um Marco na Luta pela Constituição e pela Vida





APIB

20 anos de luta e protagonismo dos povos indígenas no Brasil



Foto: Sally Nhandewa /APIB

Em 2025, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) celebrou duas décadas de existência, consolidando-se como a principal instância de representação e mobilização indígena no país. **Criada em 2005, durante a segunda edição do Acampamento Terra Livre (ATL),**

a APIB surgiu da necessidade de unificar as lutas dos povos indígenas frente às ameaças e agressões aos seus direitos, promovendo a articulação entre diferentes regiões e organizações indígenas do Brasil.

A trajetória da APIB é marcada pela resistência e pela busca por justiça, dignidade e respeito à diversidade cultural dos povos indígenas do Brasil.

Celebrar os 20 anos da APIB é reconhecer a força e a determinação dos povos indígenas na construção de um Brasil mais justo e plural. A organização se fundamenta como um pilar na defesa dos direitos indígenas, promovendo a articulação entre os povos e organizações indígenas de todas as regiões do país.



Foto: Jacqueline Lisboa / WWF

Ao longo desses 20 anos, a APIB desempenhou um papel fundamental na defesa dos direitos indígenas, atuando em diversas frentes:

| | | | |
|--|--|---|--|
|  |  |  |  |
| <p>Fortalecimento da União dos Povos Indígenas:</p> <p>A APIB consolidou-se como uma referência nacional, aglutinando organizações regionais e promovendo a articulação entre os povos indígenas.</p> | <p>Incidência Política e Jurídica:</p> <p>A organização participou ativamente de discussões políticas, como na Cúpula dos Povos em 2012, e atuou juridicamente, como na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) junto ao Supremo Tribunal Federal em 2020, que reconheceu a legitimidade da APIB para ingressar em juízo sem necessidade de tutela estatal.</p> | <p>Atuação Internacional:</p> <p>A APIB levou denúncias de violações de direitos humanos contra os povos indígenas brasileiros à ONU, buscando apoio da comunidade internacional para pressionar o governo brasileiro.</p> | <p>Participação em Políticas Públicas:</p> <p>A organização colaborou na elaboração e implementação de políticas públicas voltadas aos povos indígenas, como a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas.</p> |

Conheça a trajetória da APIB:

O início das articulações

A APIB ergueu-se a partir da necessidade e reconhecimento das reivindicações do movimento indígena, mas também da mobilização estratégica de líderes indígenas das **cinco regiões do Brasil**. A história da organização inicia-se antes de sua criação e é resultado da coletividade dos povos indígenas.

Durante os anos 1980 e 1990, em meio a um cenário de redemocratização, lideranças como Chico Apurinã e Paulino Montejo participaram ativamente das primeiras articulações. O momento pós-Constituição de 1988 foi fundamental para o surgimento de novas organizações nacionais e para o avanço das pautas indígenas. Assim, o momento pós-Constituição de 1988 foi fundamental para o surgimento de novas organizações nacionais e para o avanço das pautas indígenas.

Paulino Montejo, assessor político da APIB relembra que **“o pacto constitucional de 1988 provocou, de alguma forma, um desarranjo na herança autoritária e tutelar do Estado brasileiro”** abrindo caminho para o protagonismo indígena e a consolidação do direito à autodeterminação.

Em 1992, aconteceu a primeira grande mobilização indígena nacional, reunindo mais de 350 lideranças, representantes de 50 organizações regionais resultando na criação do **Conselho**

de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (CAPOIB) e do Fórum de Lideranças composto por 30 líderes indígenas, representantes de distintas regiões do Brasil.



Foto: Egon Heck / CIMI



Foto: Acervo CIMI

O crescimento das alianças

Com a criação da CAPOIB em 1992, houve um fortalecimento das conexões entre as diferentes regiões e tal aliança abriu espaços para articulações continentais, como a entrada da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) na **Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA)**.

O crescimento e fortalecimento das alianças garantiu o avanço da CAPOIB até meados de 2000. A partir de um novo cenário político brasileiro, lideranças indígenas reconheceram a necessidade de uma articulação em âmbito nacional. Os primeiros passos que impulsionaram esse crescimento do movimento vieram da APOINME e da COIAB que sentiram a falta de uma polí-

tica indigenista definida e criaram em 24 de junho de 2004, o **FDDI — Fórum de Defesa dos Direitos Indígenas**.

A articulação de âmbito Nacional

A mobilização e coletividade do movimento indígena reuniu no Acampamento Terra Livre de 2005 mais de 500 lideranças indígenas vindas de cada uma das cinco regiões do Brasil. Assim, foi com as vozes e a presença dos povos originários que a articulação de âmbito nacional, e que representaria futuramente as reivindicações e fortaleceria o movimento indígena, foi criada recebendo o nome de **Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)**.

A oficialização da APIB aconteceu em novembro de 2005 durante o **Seminário Nacional de Lideranças Indígenas**, como relembra, Paulino Montejo: *“Herdando as expectativas do CAPOIB e reiterando as bandeiras históricas de luta dos povos indígenas. A APIB foi instituída como instância nacional de convergência dos povos e organizações indígenas.”*

“
A APIB foi instituída como instância nacional de convergência dos povos e organizações indígenas.

Paulino Montejo



Foto: Alan Azevedo

Frutos da mobilização

Valéria Paye, liderança da COIAB, destaca que a missão inicial da APIB era **fortalecer as organizações indígenas de todas as regiões do país.** *“Era importante visualizar as outras regiões e, com isso, fortalecer essa rede que hoje conforma a APIB com sete organizações.”*

Além disso, a APIB promoveu a articulação com outras instituições e foi responsável por criar o **Fórum de Defesa dos Direitos Indígenas (FDDI)**, que mais tarde deu origem à **Mobilização Nacional Indígena (MNI)**.

Para Marcos Sabaru, a APIB representa um universo de alianças entre povos com diferentes culturas, línguas e tradições. *“É um universo muito interessante de se pensar, é até um pouco impossível de você pensar a diferença entre povos: de línguas, crenças, religiões, culinárias e climas. E a APIB consegue agregar todos esses povos.”* observa, destacando o caráter plural e inclusivo da articulação nacional.

A Ministra dos Povos Indígenas e ex-coordenadora executiva da APIB, Sônia Guajajara, enfatiza a atuação política da organização. A representante relembra de um dos movimentos decisivos que resultaram no crescimento da articulação no cenário político do Brasil. Ela conta que em 2017, a APIB lançou a **Carta por um Parlamento Indígena** e começou a fortalecer e incentivar a candidatura dos indígenas do Brasil.

Como participante ativa no processo de consolidação da APIB, Sônia Guajajara lembra que foi por meio da luta da organização que foi implementada *“a primeira Bancada do Cocar no Congresso Nacional, com voz e voto para representar as reivindicações dos povos indígenas dentro do parlamento.”*

Ainda sobre o papel da APIB:



Foi pelo reconhecimento da nossa trajetória — que jamais teria acontecido sem a luta da APIB — que conquistamos o primeiro Ministério dos Povos Indígenas, o início de uma reparação histórica.

Sônia Guajajara

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil atualmente é composta por sete organizações regionais: Aty Guasu, Apoinme, ArpinSudeste, ArpinSul, Coiab, Comissão Guarani Yvyrupa e Conselho do povo Terena, que juntas reivindicam os direitos dos povos indígenas e ecoam as vozes dos ancestrais, da juventude e das crianças indígenas, lembrando diariamente:

APIB somos todos nós.



Documentando a trajetória

No documentário *“Sempre estivemos aqui, nosso futuro é ancestral - 20 anos APIB”* se apresenta a trajetória da organização por meio da memória dos líderes que a consolidaram e a tornaram esse agente mobilizador.

Com as vozes de Chico Apurinã, Paulino Montejo, Valéria Paye, Sônia Guajajara, Marcos Saburu, Kretã Kaingang, Alberto Terena, Dinamam Tuxá, Kleber Karipuna, Fabiano Awá Mitã, José Benites e Paulino Montejo, o documentário tece a história utilizando-se da memória coletiva, das imagens e conquistas desses líderes que reconhecem a coletividade como uma das principais estratégias dos povos indígenas contra a omissão e a violência institucional que furta os seus direitos pelos seus territórios ■



Assista ao documentário no link abaixo ou pelo QR Code. apiboficial.org/apib20anos





ATL2025

21 anos da maior mobilização indígena do Brasil

Foto: Walter Kumaruara

12

Entre os dias 7 e 11 de abril de 2025, Brasília voltou a ser o coração pulsante da luta dos povos originários com a realização da **21ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL)**, promovido pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

Considerado o maior encontro de mobilização indígena do país, o ATL celebrou não apenas mais de duas décadas de existência, mas também a força de um movimento que há mais de 500 anos resiste, reivindica e transforma.

Com a presença esperada de milhares de indígenas de centenas de povos e das cinco regiões do Brasil, o ATL 2025

reafirmou o compromisso com a defesa da Constituição e da vida, fortalecendo alianças, ancestralidade e o protagonismo indígena na construção da democracia e da justiça social. Sob o lema **“APIB somos todos nós: Em defesa da Constituição e da Vida”**, o acampamento deste ano foi um marco de união, resistência e esperança para os povos indígenas e seus aliados ■

Apib somos todos nós. Em defesa da Constituição e da vida.

ATL | ACAMPAMENTO

TERRA LIVRE

2025



Foto: Arantos Fotografia



Foto: Kaue Terena



Foto: Arantos Fotografia



Foto: Crispim Khisetje



Foto: Édina Miçge / APIB



Foto: André Guajajara



Foto: Thaigon Arapiun



Foto: Thaigon Arapiun



Foto: Giselle Bossard



Foto: Édina Miçge / APIB



07 de abril

Primeiro dia do ATL 2025 marca articulação regional e temática dos povos indígenas do Brasil

Foto: Kamikia Kisedje / APIB

14

Durante o Acampamento Terra Livre 2025, lideranças indígenas, representantes governamentais e apoiadores do movimento dialogaram nos diversos espaços autogestionados, organizados entre as organizações de base da APIB e parceiros. Os espaços possibi-

litaram, para além das articulações regionais, diálogos temáticos como: a participação da juventude e das mulheres na política indígena, o espaço dos indígenas com deficiência dentro do movimento, a educação escolar indígena, a resistência da população indígena LGBTQIA+ e os prejuízos causados pela não demarcação de seus territórios.

APIB celebra duas décadas de luta e memória viva no ATL 2025

No dia 7 de abril de 2025, a tenda central do Acampamento Terra Livre foi palco da plenária **“APIB Somos Todos Nós: em Defesa da Constituição e da Vida”**, que marcou os 20 anos da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). Lideranças representantes das regiões do país se reuniram para celebrar a trajetória da organização, refletir sobre os desafios enfrentados e reafirmar o compromisso com a defesa dos direitos indígenas. Kleber Karipuna, coordenador executivo da APIB, lembrou que a entidade nasceu da necessidade de uma representação nacional, após décadas de luta iniciadas ainda nos anos 1970. Recordou as instituições anteriores e os desafios enfrentados no período e enfatizou a importância da participação de cada indígena na APIB. Kleber anunciou, ainda, a produção de um documentário que contará a história da APIB e será lançado na COP 30, com um trecho apresentado durante o ATL.

A plenária foi marcada por depoimentos emocionantes de lideranças como Cabquinho Potiguara e Zé Urias Manchineri, que destacaram as origens do movimento no **“Abril Indígena”**, a importância da educação e a união entre os povos. Valéria Paye ressaltou o papel das mu-

lheres indígenas na consolidação do movimento e na construção de lideranças femininas. Já Chico Apurinã lembrou o contexto da Ditadura Militar e a luta pelas garantias constitucionais conquistadas na Constituição de 1988, ressaltando a importância da articulação coletiva que precedeu a fundação da APIB. Lideranças como Paulo Tupinikim, Kretã Kaingang e Rildo Mendes evidenciaram os avanços obtidos graças à organização e perseverança do movimento indígena ao longo dos anos.

O fortalecimento da articulação nacional e o papel transformador do ATL também foram destacados por nomes como Anildo Lulu, Elizeu Guarani Kaiowá e Simão Kaiowá, que ressaltaram o crescimento estrutural e político do acampamento. Luís Ventura, do CIMI, e Paulino Montejo, da APIB, reforçaram a importância da memória e da mobilização constante frente às ameaças aos direitos indígenas. A plenária terminou com um chamado à juventude para manter viva a luta iniciada pelos ancestrais e com a reafirmação de que a resistência, a organização e o diálogo são os caminhos para garantir a efetividade da Constituição e a proteção da Mãe Terra ■



Fotos: Édina Migfe / APIB



Foto: APOINME

Juventude indígena em movimento: traçando estratégias para o futuro

A juventude indígena foi protagonista de uma das atividades mais potentes do evento. Com falas marcadas por emoção, ancestralidade e firmeza, jovens de diversas etnias denunciaram violências em seus territórios, destacaram a importância da educação e da comunicação como ferramentas de luta, e reforçaram a necessidade urgente de políticas públicas voltadas para a juventude indígena. Representantes da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) apontaram a urgência de ampliar espaços de participação, fortalecer organizações juvenis e garantir o protagonismo dos jovens nas pautas do movimento. Questões como demarcação de terras, preservação ambiental, combate à violência e acesso à educação foram

centrais nos discursos, que também evidenciaram o papel fundamental das mulheres e da comunicação digital nas mobilizações atuais.

A atividade também foi marcada por testemunhos de resistência cultural e luta política. Jovens como Taiani Pataxó, Lenine Potiguara e Tukumã Pataxó destacaram a necessidade de conhecer os próprios direitos e de ocupar espaços de poder e decisão — como o Conselho Nacional de Juventude e instâncias governamentais. Casos de violência extrema, como assassinatos de jovens em territórios em disputa, foram lembrados com dor e indignação. Houve ainda falas

em línguas indígenas, reforçando a revitalização cultural como parte essencial da luta. Coletivos como o TABA – OIE-PENGATU, voltado à recuperação de práticas esportivas tradicionais, mostraram como a cultura pode ser instrumento de fortalecimento e proteção da juventude. Ao final, a mensagem foi clara: **a juventude indígena é presente, futuro e continuidade da luta ancestral por direitos, território e vida** ■



Foto: APOINME



Fotos: Dany Guajajara / ANMIGA

Coletividade das mulheres indígenas a proteção ao corpo-território

A tenda da **Articulação Nacional de Mulheres Indígenas da Ancestralidade (ANMIGA)** foi palco de importantes discussões sobre os desafios e as possibilidades de construção coletiva para a luta dos povos indígenas, em especial das mulheres.

Na roda de conversa realizada no dia 7 de abril, elas reafirmaram a importância da participação política das mulheres indígenas nos espaços de decisão, destacaram a necessidade urgente de criar espaços seguros para o acolhimento e as

vozes das mulheres e meninas indígenas vítimas de violências e relacionaram a demarcação de terras com a proteção do corpo-território das mulheres.

A mobilização das mulheres indígenas resultou em um diálogo onde se reconheceu a urgência de fortalecer as parcerias institucionais que viabilizem a ampliação da voz das mulheres indígenas em âmbito nacional e internacional, com foco em direitos humanos e na garantia de políticas públicas eficazes ■





Fotos: André Guajajara

O fortalecimento de lideranças e debate sobre geopolítica na luta pelos territórios indígenas

Na tenda regional da COIAB, durante o primeiro dia de Acampamento Terra Livre 2025, duas atividades estratégicas marcaram a programação, reafirmando o papel da região amazônica nas lutas indígenas. A primeira foi a apresentação da **Formação Estratégica para Lideranças Indígenas**, que trouxe à tona “*um novo olhar dos povos indígenas na luta por seus territórios e direitos*”, destacando a importância da capacitação política e da organização comunitária frente aos desafios contemporâneos. Em seguida, a roda de conversa “**Conjuntura Local e Geopolítica Global**” reuniu lideranças para refletir sobre os impactos das decisões internacionais nos territórios indígenas e fortalecer o protagonismo dos povos amazônicos nos espaços de poder e decisão ■

Professores e estudantes indígenas de todo o país discutem justiça, memória e futuro para a educação e cultura indígena

No dia 7 de abril, a **Tenda da Educação e Culturas Indígena** tornou-se palco de importantes debates, articulações e expressões culturais que reafirmaram o protagonismo dos povos indígenas na luta por direitos educacionais e territoriais em sintonia com a justiça climática.

Organizada por instituições como o Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (FNEEI), a União Plurinacional dos Estudantes Indígenas (UPEI), o Instituto Plurinacional de Pesquisadores (as) Indígenas (INPPEI) e o Pontão de Culturas, a tenda reuniu representantes indígenas de todas as regiões do Brasil, que compartilharam experiências, denunciaram violações e apontaram caminhos para o fortalecimento da educação escolar indígena.

A abertura, às 15h, foi conduzida por Arlindo Baré (UPEI), que realizou o tradicional chamamento para as apresentações culturais das delegações. Povos como os Fulni-ô e Kayapó emocionaram os presentes com rituais em reverência aos espíritos ancestrais. Em seguida, Arlindo Baré destacou o legado do Professor Dr. Gersem Baniwa na defesa da educação indígena e o convidou a coordenar a mesa de abertura.

Gersem Baniwa apresentou os integrantes da Coordenação Executiva Ampliada do FNEEI, repre-

sentantes das cinco regiões do país, e anunciou duas reuniões estratégicas com o MEC, incluindo um encontro com o ministro Camilo Santana, para discutir a criação da Universidade Indígena e a consolidação de políticas educacionais específicas. Também foram divulgadas as pautas principais da tenda: propostas de emendas ao novo Plano Nacional de Educação Indígena (2025–2035), educação a distância nas escolas indígenas, e a construção de um documento final com posicionamentos das comunidades.

A programação contou com falas de lideranças como Dioclécio Mendonça (Nordeste), Isabel Taukane (Centro-Oeste), Rosenilda Sateré-Mawé (Norte), Martinha Guajajara (Sudeste), Daniela Kaingang (Sul) e Jean Ramos Pankararu (Pontão de Culturas). Este último reforçou a importância do cadastramento das aldeias no Pontão de Culturas Indígenas.

As delegações estaduais trouxeram relatos contundentes: Daniela Munduruku, do Amazonas, destacou a urgência da implantação da Universidade Indígena no estado e de políticas de permanência para estudantes. Do Pará, lideranças Borari e Kaiapó denunciaram a exclusão indígena da COP 30 e exigiram respeito às línguas e culturas nas escolas. Estudantes de diversas etnias do Sudeste enfatizaram a valorização cultural e a defesa das bolsas permanência.

Estudantes das universidades: UNICAMP, UNIRIO, UFRN, UFOPA, UFSCAR e a Universi-

dade da Aldeia Maracanã trouxeram denúncias sobre preconceito, evasão, ausência de políticas afirmativas e cortes de bolsas. Também defenderam a criação de uma universidade pluriétnica, a inserção de referenciais teóricos indígenas nos currículos e a reestruturação das bancas avaliadoras.

O CIMI apresentou o Observatório de Violências contra Estudantes Indígenas, com dados sendo coletados para fortalecer políticas públicas. Já o estado do Piauí, que iniciou a educação escolar indígena em 2025, compartilhou os desafios do processo, especialmente quanto à permanência estudantil.

O encerramento do dia foi marcado pela apresentação da proposta de logomarca do INPPEI, pela divulgação de documentos institucionais e por um emocionante canto tradicional coletivo, acompanhado das falas de estudantes de etnias como Tabajara, Pataxó, Xavante e Guarani. Os jovens reafirmaram a luta por bolsas, formação docente, infraestrutura e a valorização das línguas e culturas indígenas.

A abertura da Tenda de Educação e Culturas Indígenas não foi apenas um marco simbólico, mas um poderoso grito coletivo por justiça, memória e futuro ■



Fotos: @studio_ozielticuna



08 de abril

Marcha “Apib somos todos nós: nosso futuro não está à venda!” marca o segundo dia do ATL

Foto: Nailson Wapichana / APIB

20

O segundo dia do Acampamento Terra Livre 2025 foi marcado por dois momentos significativos que reafirmaram o protagonismo indígena na luta por direitos, memória e território: a marcha “**Apib Somos Todos Nós: Nosso Futuro não está à venda!**” e as plenárias que denunciaram com firmeza as

opressões vividas durante a ditadura militar e a exploração dos territórios. A programação seguiu com articulações regionais e temáticas, marcadas por reivindicações por justiça climática, educação indígena e conectividade nos territórios. A ancestralidade esteve presente na memória viva dos anciãos, que se tornaram fonte de escuta, inspiração e ensinamento.

Marcha “Apib somos todos nós: nosso futuro não está à venda!”

Na manhã do dia 8 de abril, indígenas de todas as regiões no Brasil marcharam por justiça e respeito aos seus direitos. Uma réplica da estátua da Justiça trajada de forma simbólica foi levada pelos povos indígenas como uma forma de reivindicar o respeito aos direitos originários garantidos pela Constituição Brasileira.



Se precisar subir o tom, nós vamos subir. Se precisar conversar, nós vamos conversar. Mas em nenhum momento vamos negociar os direitos indígenas que estão sendo ameaçados neste momento.

Dinaman Tuxá - Coordenação Executiva da APIB

A primeira marcha mobilizou centenas de participantes que reconhecem o poder da mobilização de suas vozes ■





Foto: Sandy Yusuro / APIB



Foto: Sally Nhandewa / APIB



Foto: Rodrigo Rezende Coutinho



Foto: @povo.truka



Foto: Sally Nhandewa / APIB



Foto: Sally Nhandewa / APIB



Foto: Dino Owera / APIB



Foto: Sandy Yusuro / APIB



Foto: Édina Migfe / APIB



Foto: Sandy Yusuro / APIB



Foto: Sally Nhandewa / APIB



Foto: Than Pataxó / APIB



Foto: Sally Nhandewa / APIB



Foto: Than Pataxó / APIB



Foto: Than Pataxó / APIB



Foto: Gabriel Karai / APIB



Foto: Édina Migfe / APIB



Foto: Than Pataxó / APIB



Foto: Gabriel Karai / APIB



Foto: Nailson Wapichana / APIB



Foto: Sally Nhandewa / APIB



Foto: Than Pataxó / APIB

Memória, justiça e território no centro do debate Indígena

À tarde, a plenária “**Memória, Verdade, Reparação e Justiça: por uma Comissão Nacional Indígena da Verdade (CNIV)**” reuniu lideranças de todo o país para discutir os impactos da ditadura militar sobre os povos indígenas, um capítulo até hoje negligenciado pela história oficial. Paulino Montejo (APIB) abriu os trabalhos reforçando que o genocídio indígena foi silenciado e que os ataques contra esses povos ainda persistem, seja na forma da não demarcação de terras ou em políticas anti-indígenas. A proposta de criação da CNIV, apoiada por mais de 60 entidades, foi defendida como passo essencial para a justiça de transição.

A plenária contou com contribuições de pesquisadores e lideranças como Daniela Greeb, que apresentou os eixos do projeto de justiça de transição — memória documental, produção de conhecimento com protagonismo indígena e fóruns regionais. A professora Elaine Moreira (UnB) e o Procurador Marlon Weichert destacaram a necessidade de escuta ativa e o papel do Estado na reparação histórica. Lideranças como Eliel Benites e Celso Jopoty associaram memória e território como pilares de resistência e transmissão cultural. Brulina Baniwa, Maíra Pankararu

e Marciano Rodrigues denunciaram violências históricas e atuais, desde o impacto do mercúrio na Amazônia até as perdas territoriais no Sul. A plenária foi encerrada em tom de celebração com a vitória judicial do povo Krenak em Belo Horizonte, que entrou na tenda central cantando e dançando.

Mais tarde, a plenária “**Territórios Indígenas: conflitos, diagnóstico e perspectivas**” aprofundou o debate sobre o panorama da demarcação de terras. Felipe Tuxá (APOINME) apresentou os resultados de uma pesquisa robusta feita por indígenas, com foco nas violências territoriais e socioambientais enfrentadas. A metodologia valoriza o protagonismo dos povos na construção de dados e políticas. Kelly Oliveira destacou que racismo, desmatamento e violência institucional estão entre os principais problemas identificados. Janete Carvalho, representante da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), explicou os trâmites do processo de demarcação e reforçou que o direito às terras é originário, garantido pela Constituição. Ela denunciou os retrocessos impostos pela Lei do Marco Temporal e reafirmou o compromisso da FUNAI com a causa indígena ■

Encaminhamentos

- ▶ Fortalecimento do projeto **ADVOGA-SE**, ampliando parcerias de apoio à causa indígena;
- ▶ Criação de **comissões regionais de memória e verdade** em todas as bases da APIB;
- ▶ Realização de **estudos com os anciãos indígenas sobre o período da ditadura militar**, com apoio de universidades e observatórios;
- ▶ Buscar **meios legais para garantir o direito constitucional à demarcação** de terras indígenas, fortalecendo a articulação entre coletivos, instituições públicas e aliados da causa.





Foto: Kaiti Topramre



Foto: Pepyaka Krikati



Foto: Kaiti Topramre



Foto: Kaiti Topramre

Mobilização e conectividade nos territórios

No segundo dia do Acampamento Terra Livre 2025, a **tenda regional da COIAB** se consolidou como espaço de protagonismo indígena, com uma programação intensa que evidenciou a força das mobilizações nos territórios. A mesa **“Maranhão Indígena em Movimento”** foi marcada por relatos de resistência e inovação, trazendo à luz experiências como o Mosaico Gurupi, o projeto HÄMY — voltado ao cuidado oncológico — e o Instituto Tukan, iniciativa de universidade indígena que fortalece a autonomia educacional dos povos da Terra Indígena Araribóia. Lideranças como Edilene Krikati e Rosilene Guajajara reforçaram a centralidade do Maranhão nas lutas pela saúde, educação e proteção dos territórios. O projeto HÄMY, em especial, emocionou os participantes com a urgência de sua pauta, enquanto o Instituto Tukan foi celebrado como símbolo de soberania intelectual e cultural.

Logo depois, a mesa **“Conexão Povos da Floresta”** mostrou como a tecnologia pode ser aliada na resistência indígena, destacando o impacto transformador da conectividade em mais de 1.500 comunidades da Amazônia Legal. Coordenada por Ludimar Kokama, a discussão apontou a internet como ferramenta de dignidade, acesso à saúde, educação e organização comunitária. A tenda seguiu vibrante com a roda de conversa sobre o garimpo, onde lideranças denunciaram os impactos da mineração ilegal e cobraram ações concretas do Estado, propondo estratégias coletivas de enfrentamento. Encerrando o dia, a roda “Comunicação e Democracia”, liderada por Kayanaku Kamayurá, deu voz aos comunicadores indígenas da COIAB e redes parceiras. Relatos como os de Taíssa Kambeba, Mitã Xipaya e João Irineu Potiguar fortaleceram o entendimento de que os povos indígenas são comunicadores por essência, e que ocupar os espaços da COP 30 com suas narrativas é fundamental para disputar o futuro ■

A memória viva do movimento indígena

A tenda regional da APOINME foi tomada por emoção, memória e força ancestral com a atividade **“Vozes dos Anciões — A Memória Viva do Movimento Indígena do NE, MG e ES”**. A programação começou com a fala de abertura de Paulo Tupinikim, que apresentou a exibição do documentário **“30 anos da APOINME”**, um retrato profundo da trajetória da organização. Após o filme, anciões que construíram e viveram essa história tomaram a palavra, transformando o espaço em um verdadeiro reencontro de gerações. Samigu Pataxó, Luiz Titiah, Sandro Tuxá e Agamenon Kraonã rememoraram momentos-chave da mobilização indígena, como a marcha dos 500 anos e as retomadas que marcaram a luta por território, denunciando os retrocessos enfrentados em diferentes governos e exaltando a união como pilar do movimento.

As falas seguiram com relatos potentes que reforçaram a importância de manter viva a história da APOINME como instrumento de resistência e formação política. Caboquinho Potiguara destacou o papel da organização em tempos em que nem a FUNAI ousava se fazer presente em certos territórios, enquanto Caciques como Pequie e Fred Pataxó reforçaram o papel da coletividade e o valor da união comunitária frente aos desafios atuais. Elisa Pankararu trouxe a dimensão espiritual da luta, exaltando a presença feminina nas lideranças e a importância da ancestralidade na articulação. Já Fábio Pataxó Hãhãhãe, Dorinha Pankará e Francisca Tapuia chamaram a juventude à responsabilidade de seguir os passos de seus mais velhos, lembrando que a luta não é apenas digital, mas vivida no corpo-a-corpo das comunidades. Encerrando o momento às 18h, Paulo Tupinikim agradeceu emocionado, reafirmando que a memória dos anciões é o alicerce para o futuro do movimento indígena no Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo ■



Fotos: APOINME



Foto: @studio_ozieliticuna

Educação Indígena e Justiça Climática

No dia 8 de abril, a **Tenda Regional do Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (FNEEI)** foi palco de debates cruciais no Acampamento Terra Livre 2025, em Brasília. Pela manhã, representantes de diversos territórios participaram da marcha **“APIB somos todos nós: nosso futuro não está à venda”**, afirmando a união dos povos indígenas em defesa da vida e dos territórios. À tarde, a mesa **“Educação e Agenda Climática – COP 30”** reuniu lideranças, pesquisadores e ativistas para discutir justiça climática, saberes tradicionais, políticas ambientais e o papel da educação na construção de um futuro sustentável e pluriétnico. Os grupos de trabalho destacaram desafios como a escassez de água, desmatamento, e falta de materiais didáticos na língua materna, ao mesmo tempo em que apresentaram propostas

como a criação de uma Secretaria Especial de Educação Indígena e a presença indígena oficial na COP 30.

A programação mostrou o protagonismo indígena na agenda climática global, com falas potentes de lideranças como Kaianaku Kamaiurá e Bárbara Tupinikim, que defenderam a participação ativa dos povos originários na governança ambiental e educacional. As experiências e saberes compartilhados evidenciaram a importância dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs), a conservação da agrobiodiversidade e a valorização da natureza como sujeito de direitos. As propostas debatidas nos GTs abordaram desde o incentivo à agricultura familiar indígena até a inclusão da espiritualidade no currículo escolar, reforçando a necessidade de políticas que respei-

tem a identidade e o modo de vida dos povos indígenas.

Encerrando o dia, o **Círculo de Conversas sobre Políticas Afirmativas e Pertencimento Indígena** reuniu representantes de universidades, ministérios e movimentos estudantis. Foi unânime a urgência em fortalecer políticas de permanência, garantir bolsas eficazes e combater o colonialismo acadêmico. Lideranças como Edilson Baniwa e Amanda Kamaruara enfatizaram a criação de universidades indígenas como resposta concreta à exclusão educacional, defendendo o respeito às línguas originárias, à saúde mental e à memória coletiva. As discussões deixaram claro que garantir a permanência estudantil com dignidade é central para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva, intercultural e transformadora ■



Foto: Kathleen Limayo

CAFI Parentinhos

É necessário uma aldeia inteira para ensinar uma criança

Com um espírito de ancestralidade e coletividade, o espaço **CAFI Parentinhos** recebeu crianças indígenas de todo o Brasil. Crescendo como um ambiente de resistência com um olhar de preservação para os biomas do Brasil. A tenda Parentinhos realizou em todos os dias do Acampamento uma troca de saberes com aqueles que são considerados como o futuro e o agora dos povos indígenas.

No último dia de acampamento, mobilizadas por meio dos ensinamentos

adquiridos durante o ATL 2025, as crianças indígenas representantes das cinco regiões do Brasil, apresentaram suas reivindicações pela preservação do planeta terra. As reivindicações foram apresentadas às autoridades que visitavam o espaço em diferentes momentos das atividades da tenda, entre elas, Macaé Maria Evaristo dos Santos, ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania, Marina Silva, ministra do Meio Ambiente e Mudança Climática, e Sônia Guajajara, ministra dos Povos Indígenas ■



Foto: @prism4



Foto: Taila Wajuru

Manifesto Parentinhos**Somos o futuro,
o presente
e o agora.**

Nós, crianças indígenas da Amazônia e do Mundo, compartilhamos a autoridade climática que vem dos nossos ancestrais.

Nossa voz deve ser ouvida e respeitada.

Escutem o nosso chamado.

Somos o futuro, o presente e o agora.

Os ancestrais nos ensinaram a ouvir a natureza

E agora pedimos que os outros adultos nos ouçam.

Estamos ouvindo o som do mundo de vocês desmoronando.

E vocês, conseguem ouvir?

Queremos água limpa, sem poluição e sem minério.

Não queremos que nossos rios e igarapés sejam sujos com petróleo.

A nossa luta não é só nossa, é de todo mundo.

O nosso tempo é agora.

A Terra é nossa mãe e precisa ser cuidada.

Somos crianças.

Somos resistência.

A RESPOSTA SOMOS NÓS!



09 de abril

Resistência Plural: ATL destaca diversidade indígena e urgência climática

Foto: Than Pataxó / APIB

32

As pessoas que se destacam neste terceiro dia do Acampamento Terra Livre são sinônimos de **resistência**. As atividades deram vez e voz às mulheres; às pessoas com deficiência; aos povos isolados; ao coletivo LGBTQIA+; e as anciãs, enraizando na memó-

ria coletiva a urgência de olhar demandas que afligem esses corpos que compõem os povos indígenas do Brasil. Os territórios e os saberes indígenas também receberam notoriedade no dia. Com um olhar de preservação e cuidado com a Amazônia, rodas de conversa levantaram ideias e estratégias para a garantia da vida.



Saúde, território e energia no centro da resistência indígena

O terceiro dia do Acampamento Terra Livre 2025 foi marcado por intensos debates que cruzaram três eixos fundamentais para os povos originários na tenda central: **saúde indígena, a ameaça à política territorial por meio da Câmara de Conciliação do STF e os impactos devastadores dos projetos energéticos nos territórios.**

A jornada começou com a **Plenária Nacional de Saúde Indígena: Transição, Resistência e Protagonismo**, que evidenciou tanto os avanços quanto os entraves enfrentados. Lideranças como Alberto Terena, Wallace Apurinã e

Marcos Xukuru comemoraram o aumento da ocupação indígena em cargos de decisão, mas denunciaram o esvaziamento da SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena) e a crise estrutural nos DSEIs (Distrito Sanitário Especial Indígena), especialmente diante da emergência Yanomami. Vozes como as de Eunice Kerexu, Siana Guajajara e Putira Sacuena fortaleceram a urgência de uma saúde indígena que seja feminina, inclusiva e enraizada na ancestralidade. Em ato simbólico, lideranças foram vacinadas no palco ao lado do Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, que reafirmou o com-

promisso do governo com a saúde dos povos indígenas.

Na sequência, a Plenária **“O Acordo sem Voz: A Câmara de Conciliação no STF e a Reconfiguração da Política Indigenista no Brasil”** reuniu juristas e lideranças para denunciar a tentativa de enfraquecer a decisão do STF que declarou inconstitucional o Marco Temporal. O encontro foi um alerta contra a Câmara de Conciliação, que tem operado nos bastidores para oferecer indenizações por “terra nua” — desconsiderando o direito originário garantido na Constituição. Guila Xukuru, Carlos Marés e Heloísa Ma-

chado foram unânimes ao denunciar que a ausência de indígenas na mesa de negociação fere a legitimidade do processo. A plenária terminou com um apelo de Maurício Terena por mobilização política contínua, reforçando que não há conciliação legítima sem a presença ativa dos povos indígenas.

Encerrando o dia, a Plenária **“Por uma transição energética justa para todos os povos”** escancarou a contradição entre o discurso de energia limpa e a realidade de violência nos territórios indígenas. Lideranças como Jonas Mura, Mayra Pankararu e Luene Kari-puna denunciaram a falta de consulta prévia nas decisões sobre petróleo, gás e hidrelétricas. A advogada Nicole Figueiredo revelou que mais de 230 Terras Indígenas estão sob ameaça de projetos energéticos. Na mesma noite, a APOINME apresentou um estudo sobre os impactos na Bacia do Rio São Francisco, com 133 Terras Indígenas afetadas por hidrelétricas. Sarapó Pankararu cobrou a criação de um documento que proíba a instalação de projetos sem consulta. A plenária reforçou que a luta por energia não é só ambiental, mas profundamente territorial e espiritual ■

Encaminhamentos

- ▶ **Saúde indígena:** aumento do orçamento da SESAI e assinatura da portaria específica sobre a política de saúde indígena;
- ▶ **Territórios:** mobilização contra a Câmara de Conciliação do STF e reafirmação do direito originário à terra;
- ▶ **Energia:** anulação da Lei 14.701/2023, suspensão dos leilões de energia que afetam TIs, e capacitação técnica e jurídica das comunidades para resistir aos retrocessos.



Foto: Richard Wera / APIB



Foto: Richard Wera / APIB



Foto: Than Pataxó / APIB



Foto: Dino Owera / APIB

O círculo da resistência como representação da coletividade de mulheres indígenas.

Na manhã do terceiro dia do Acampamento Terra Livre 2025, a tenda regional da APOINME foi ocupada por vozes potentes na roda de conversa “**Mulheres: A Voz e a Resistência do Movimento**”, coordenada por Elisa Pankararu. Em um círculo simbólico de cadeiras, representando a força e a união das mulheres indígenas, a atividade começou com uma emocionante homenagem do professor indígena Antônio Pankararu, que recitou poemas exaltando a ancestralidade e a resistência feminina. Em seguida, Elisângela Pankararu

compartilhou uma trajetória marcada por superações e compromisso coletivo, destacando seu papel como mãe, pesquisadora e profissional engajada na defesa das mulheres e crianças indígenas. A roda também contou com a participação do secretário de saúde indígena Ricardo Weibe Nascimento Costa, que destacou a relevância do ATL para a formulação de políticas públicas específicas, como a ampliação de profissionais indígenas na saúde e o recém-criado Programa de Saneamento Indígena ■



Foto: APOINME



Foto: @umiabamazonia

Guerreiras da ancestralidade construindo estratégias, articulação e política.

No terceiro dia, as atividades na tenda da **ANMIGA** foram marcadas por articulações e planejamentos, mas principalmente por escuta e acolhimento. As mulheres indígenas presentes no alinhamento da conferência de mulheres indígenas frisaram a importância de abordar temas como: políticas públicas, educação, saúde, violação de direitos, e violências de gênero.

Reconhecida como um espaço de acolhimento, a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade deu voz a demandas de cada uma das

mulheres indígenas, respeitando as especificidades de seus territórios. As mulheres usaram suas vozes para fazer denúncias de violências e falta de política pública, reergueram-se para questionar de que forma os povos indígenas podem participar de espaços que frequentemente negam sua presença e onde são negociadas suas terras e florestas. As anciãs tiveram participação destacada, trazendo a sabedoria ancestral e reafirmando a importância do movimento para a construção do futuro das gerações que virão ■



Foto: Keila Gadelha / ANMIGA



Foto: Keila Gadelha / ANMIGA



Foto: Gabriel Karai / APIB

Espaços de escuta e articulação política

No terceiro dia do Acampamento Terra Livre (ATL) 2025, a tenda regional da ARPINSUDESTE se consolidou como um importante espaço de articulação política, resistência e denúncia. Pela manhã, o local recebeu a roda de conversa **“Mulheres da ArpinSudeste”**, marcada por relatos contundentes sobre violência de gênero e a urgência de medidas efetivas de proteção às mulheres e à população LGBTQIA+. Jovens lideranças indígenas de São Paulo e Rio de Janeiro compartilharam experiências de assédio, insegurança e omissão institucional, evidenciando a necessidade de respostas concretas e imediatas. Entre as propostas surgidas, destacam-se a criação de uma tenda de acolhimento com suporte psicológico e jurídico, a elaboração de uma

cartilha educativa, e a produção de uma carta-denúncia conjunta com a ANMIGA e a APIB. A articulação também apontou para a necessidade de responsabilização das lideranças delegacionais e a implementação de um grito unificado que funcione como sinal de alerta contra agressões.

Na mesma tenda, mais tarde, ocorreu a reunião **“Alinhamento – Luta e História”** com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em um momento estratégico de cobrança e fortalecimento de alianças institucionais. O coordenador geral da ARPINSUDESTE abriu os trabalhos enfatizando a urgência das pautas da região, com destaque para a grave situação de violência e insegurança enfrentada pelos Pataxó no Rio de Janeiro. Lideranças como Fabiano, Anildo e Chicão

Terna exigiram maior presença e diálogo direto do CIMI com a base da ArpinSudeste, enquanto o secretário-executivo da entidade, Luís Ventura, reconheceu as falhas e se comprometeu a melhorar os canais de comunicação. Ele também defendeu a reativação das formações de base e a presença mais constante em Brasília. Com discursos potentes, lideranças como Cacique Leonardo Pataxó Hãhãhãe/Tupinambá e Suelen Karamuru cobraram reconhecimento e respeito aos estudantes indígenas e à autonomia dos povos do Sudeste. As atividades na tenda da ARPINSUDESTE mostraram que a força do ATL está na escuta, na denúncia e, sobretudo, na construção coletiva por justiça e permanência indígena em todos os espaços ■

Atenção aos bancos: povos indígenas se articulam contra violações em projetos financiados por grandes instituições

A tenda regional da **COIAB** se transformou em um espaço estratégico de reflexão e articulação política durante a roda de conversa **“Políticas de salvaguardas socioambientais e mecanismos de denúncia em projetos financiados por bancos multilaterais e empresas privadas”**. Lideranças indígenas de diversas regiões do país discutiram os impactos de grandes empreendimentos nos territórios tradicionais e a urgência de se preparar para enfrentar os desafios impostos pelo avanço de financiamentos sem consulta ou salvaguardas efetivas. Toya Manchineri deu início ao debate questionando a plateia sobre empréstimos em nome de indígenas e destacou o apagamento dos povos originários nas políticas de crédito de instituições como o BNDES, apontando a ausência de produtos voltados aos povos indígenas, mesmo sendo cidadãos contribuintes.

Relatos como os de Auzerina Makuxi, Marquinhos Karajá e José Amaral denunciaram a falta de aplicação da Convenção 169 da OIT, o desrespeito à Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) e a ineficiência do sistema de justiça nacional para responder às denúncias de violações. O tom da conversa foi de alerta e construção: fortalecer os povos por meio de formação política e jurídica, como as proporciona-



Foto: @prism4



Foto: Bruninho Kaxuyana



Foto: @prism4

das pelo Conselho Acadêmico Formativo (CAF), em parceria com o escritório India Law. Lideranças como Jean Waiãpi e Nimon Oro'Eu apresentaram pesquisas sobre os efeitos das mudanças climáticas e o reflorestamento como formas de resistência e soberania alimentar. Já Mydiwaru Karajá trouxe uma perspectiva ancestral sobre a alimentação infantil como elo de conexão com as raízes culturais. Encerrando o encontro, Kari Guajajara lançou o convite ao fortalecimento da advocacia indígena como estratégia fundamental para monitorar e enfrentar os impactos de megaprojetos. O evento reforçou a mensagem de que os povos indígenas estão organizados, atentos e preparados para lutar por seus direitos e pelo bem-viver nos territórios ■

“Por indígenas, para indígenas”: Amazônia lidera caminhos para fundos com gestão indígena

Ainda na manhã do dia 09 de abril, a tenda da COIAB foi palco de uma roda de conversa potente e inspiradora: **“Financiamento e soluções dos povos indígenas da Amazônia – colhendo frutos”**. A atividade reuniu lideranças experientes e jovens articuladores para compartilhar experiências com fundos de financiamento criados por indígenas, para indígenas, e discutir os desafios para que os recursos internacionais realmente cheguem às bases.

Sineia Wapichana, do Conselho Indígena de Roraima (CIR), abriu o debate ressaltando a importância da autonomia financeira para as organizações indígenas. Defendeu a desburocratização dos mecanismos de acesso aos fundos internacionais e a necessidade de capacitação institucional das comunidades para que estejam prontas a receber e gerenciar recursos. Também destacou a ausência de respostas rápidas diante de emergências ambientais, propondo mecanismos como o “fundo de perdas e danos” – ainda inexistente no Brasil.

Jonas Gavião Timbira compartilhou a experiência inovadora do Fundo Timbira – o primeiro fundo patrimonial indígena do Brasil – fruto de compensações pela construção da hidrelétrica do Estreito, no Tocantins. A iniciativa surgiu da própria demanda dos povos afetados, como os Apinajé, Krahô e Gavião. Jonas alertou para a burocracia que ainda permeia esses processos

e destacou a importância do intercâmbio entre os diversos fundos indígenas que estão sendo criados na região.

Alessandro Cruz Baré apresentou o fundo voltado à implementação dos PGTAs dos 24 povos do rio Negro. Ele reforçou que os projetos devem nascer das comunidades, e não serem impostos de cima para baixo. Também pontuou o desafio de acessar esses recursos em territórios ainda não demarcados, realidade vivida por muitos povos da Amazônia.

A líder Josimara Baré falou sobre o Fundo Ruti, que atua diretamente com famílias indígenas, apoiando iniciativas sustentáveis em pecuária e agricultura. O diferencial, segundo ela, é justamente essa conexão entre as famílias e as organizações, com apoio técnico para superar entraves como a elaboração de relatórios e prestações de contas. Ela apontou a Amazônia como protagonista na criação de modelos eficazes para conectar os fundos internacionais às realidades indígenas.

Com o lema **“Fundo indígena da Amazônia Brasileira: por indígenas, para indígenas, com gestão indígena”**, a mesa ainda contou com Rose Meire Apurinã, que apresentou o Fundo Podáali (AM), estruturado em oito eixos, entre eles proteção territorial, economia sustentável, educação e fortalecimento institucional. Rose Meire questionou exigências como a obrigatoriedade de CNPJ – uma barreira para grupos que atuam a partir de lógicas comunitárias e não formalizadas ■

Encaminhamentos

- ▶ Pressionar espaços institucionais (nacionais e internacionais) para garantir que os fundos cheguem às comunidades e grupos de base indígenas.
- ▶ Investir no fortalecimento de capacidades técnicas, pessoais e organizacionais para uma gestão autônoma e eficaz dos recursos por parte dos próprios povos.

A roda de conversa deixou explícito: os povos indígenas da Amazônia estão organizando seus próprios caminhos de financiamento com sabedoria, autonomia e um profundo compromisso com o bem-viver coletivo.



Emergências climáticas e empreendimentos: os povos indígenas da Amazônia na linha de frente da resistência

Na tarde do dia 9 de abril, a Tenda da COIAB foi palco da roda de conversa “Os impactos das emergências climáticas e empreendimentos para os povos indígenas da Amazônia”, coordenada por Alana Manchineri. O encontro reuniu guardiões e guardiãs dos territórios para partilhar estratégias de enfrentamento a incêndios, desmatamento, grandes obras e aos efeitos cada vez mais intensos da crise climática. A mesa destacou iniciativas como o uso de geotecnologias por brigadas indígenas, o fortalecimento de redes de monitoramento e a criação de ferramentas próprias, como o

ACI (Alerta Clima Indígena) e o Observatório da BR-319. Experiências inspiradoras como as brigadas femininas do Baixo Tapajós, o monitoramento por satélite na TI Maró e a autodemarcação liderada pelos Nawa revelaram a força e a autonomia dos povos indígenas diante da ausência do Estado.

Lideranças como Lucila Nawa, João Reis, Angela Kaxuyana e Cacique Dada Borari denunciaram as violações de direitos, a lentidão na demarcação de terras e os impactos diretos das mudanças climáticas nas práticas tradicionais de pesca, plantio e caça. Os participan-

tes pediram apoio institucional, parcerias verdadeiras e atenção especial à segurança dos brigadistas, que muitas vezes arriscam a vida para defender seus territórios. Entre os encaminhamentos, foram destacados o fortalecimento da rede nacional de brigadas, a ampliação do uso de tecnologias acessíveis via celular, a garantia de água tratada e educação de qualidade nos territórios, e a efetiva demarcação de terras indígenas como a dos povos Nawa e Nukini. A mesa foi encerrada com um chamado contundente:

“Salvar a Amazônia é demarcar terras indígenas” ■



Foto: COIAB



Foto: COIAB



Foto: COIAB



Foto: COIAB

Advocacia indígena da Amazônia em rede: união, resistência e fortalecimento jurídico

Também na parte da tarde, a Roda de Conversa **“Rede de Advogados e Advogadas Indígenas da Amazônia: desafios e estratégias para a defesa dos direitos e garantias dos povos indígenas”** reuniu lideranças jurídicas indígenas de diversas regiões da Amazônia, celebrando a força da união e a ancestralidade como base da atuação jurídica. A coordenadora Kari Guajajara abriu a roda com uma homenagem à Dra. Cristiane Baré, reforçando que a advocacia indígena nasce e se fortalece nos territórios. Ao longo da mesa, nomes como Marcilene Guajajara, Gabrielle Baré, Julio Wapichana e Carol Tukano destacaram a importância da formação jurídica aliada ao compromisso político com os povos originários, além da urgência em regulamentar a advocacia indígena como uma categoria com identidade e necessidades próprias. Também foi ressaltada a importância da formação no terceiro setor e a presença crescente de mulheres na rede.

Os depoimentos reforçaram que a advocacia indígena é multifacetada: atua em diversas áreas do direito e se coloca como instrumento de resistência e mobilização política. Jovens advogados e estudantes como Glenúria Santos, Auzirina Makuxi e Helinton Kashinawa compartilharam seus percursos formativos, destacando o papel das universidades e da ancestralidade na consolidação de suas trajetórias. Participações internacionais, como as de Patricia Karumaiari e Verônica Jorahi, revelaram a situação crítica dos povos indígenas no Suriname, que

ainda enfrentam a ausência de demarcação e o avanço de empreendimentos predatórios. A roda se encerrou com o lançamento simbólico de um livro sobre a prática da advocacia indígena no Brasil e com importantes encaminhamentos: combater o marco temporal, fortalecer a rede de advogados e garantir que a advocacia indígena seja reconhecida como agente jurídico ativo e não apenas objeto de estudo ■

Mulheres indígenas lideram resistência por justiça climática e autodeterminação em roda de conversa internacional

A roda de conversa **“Gênero, Autodeterminação e Enfrentamento às Mudanças Climáticas e a Transição Energética Justa”** foi marcada por relatos potentes de mulheres indígenas de diferentes partes do mundo, que trouxeram à tona o protagonismo feminino na luta contra os impactos ambientais e pela soberania dos seus territórios. Serena, do clã dos lobos, no Canadá, abriu o encontro relatando os desafios de sua comunidade matriarcal frente à imposição de projetos energéticos sem consulta prévia, denunciando a



Foto: Peptyaka Krikati



Foto: COIAB

ausência de justiça na chamada transição energética. Outras falas como as de Laboucan-Massimo (Povo Cree), também do Canadá, e Bianca Buyungurra Mc-Neair (povo Malgana), da Austrália, reforçaram como as mulheres indígenas têm liderado processos de resistência, denunciando os impactos da exploração de petróleo, gás e desmatamento, ao mesmo tempo em que constroem soluções climáticas baseadas nos saberes tradicionais e na ancestralidade.

Histórias como a de Josy, que enfrentou sua própria comunidade para lutar por sua autonomia, emocionaram e mostraram a complexidade do papel da mulher indígena entre tradição e transformação. Valda, de Roraima, relatou os efeitos diretos das mudanças climáticas, como a seca de rios e o avanço dos agrotóxicos em seu território ainda não demarcado, enquanto Macieli denunciou a hipocrisia do discurso climático oficial brasileiro diante da realidade enfrentada pelos povos da floresta. A roda também foi marcada por fortes denúncias internacionais, como as de Jacira, do Suriname, e Polly Cutmore (povo Gomerói), da Austrália, que compartilhou a luta de sua comunidade contra um megaprojeto energético imposto sem consentimento. Unificadas pela luta, essas lideranças reafirmaram que a transição energética só será justa se partir da escuta e do protagonismo de quem sente na pele os efeitos da crise climática ■

Um olhar de cuidado para os povos indígenas isolados e de recém contato

Na tenda Multitemas 2, a mesa de debates **“Desafios para o Avanço na Política Nacional para os Povos Indígenas Isolados e de Recém Contato”**, realizada no dia 9 de abril de 2025, trouxe à tona as dificuldades e urgências na proteção de povos indígenas que ainda vivem em isolamento ou em recente contato com a sociedade. A discussão, mediada por Iorrannis Luiz Moreira da Silva, da APIB, abordou a resistência do governo federal em avançar na implementação de políticas públicas eficazes para esses povos, especialmente diante das ameaças externas como a mineração e o garimpo. Yuri Pataxó, também do jurídico da APIB, questionou a eficácia das políticas públicas atuais, considerando que elas são muitas vezes ineficazes em proteger os povos indígenas isolados. A advogada Kari Guajajara, representando a COIAB, destacou a necessidade de um trabalho conjunto e qualificado para garantir a desintração dos territórios, enquanto Ângela Kaxuyana enfatizou a importância de ouvir as lideranças indígenas e garantir que as políticas públicas sejam

realmente executadas, com uma equipe preparada e condições adequadas para a proteção dos povos isolados.

A plenária concluiu com importantes encaminhamentos para melhorar a abordagem da política de proteção aos povos isolados. Entre os principais pontos, destacou-se a proposta de formar um grupo de estudos composto pelos participantes do debate, com o objetivo de continuar o diálogo sobre a pauta. Foi sugerido também inserir a questão dos povos isolados como prioridade central tanto na APIB e COIAB quanto nos órgãos governamentais, para que ações mais eficazes sejam tomadas. Além disso, propôs-se a criação de um setor específico dentro da APIB para gerenciar a temática dos povos isolados, a fim de fortalecer a articulação e a resposta a essa questão tão urgente. O fortalecimento da formação e das equipes de saúde também foi um ponto crucial, visando garantir que as necessidades emergenciais e de longo prazo desses povos sejam atendidas de forma eficaz e com respeito às suas especificidades ■



Foto: Kaiti Tropramre



Foto: André Guajajara

“Somos parte da diversidade dos povos originários, existimos e estamos aqui!”

Na parte da tarde, a roda de conversa “**Vivências Ancestrais: Corpos Indígenas com Deficiência**” proporcionou um espaço importante para a troca de experiências e desafios enfrentados por pessoas indígenas com deficiência. A mesa contou com a participação de integrantes dos coletivos Acessibilíndigena e Indígenas com Deficiência do Brasil, e foi marcada por relatos emocionantes e reflexões sobre as dificuldades de inclusão e acessibilidade nos territórios indígenas. Siana Guajajara destacou a importância de tratar a deficiência como uma questão coletiva, lembrando que a luta por direitos e visibilidade desses povos é fruto de muitos anos de esforços. A conversa abordou a exclusão social, a falta de reconhecimento das deficiências, como o autismo, nas escolas indígenas e a escassez de políticas públicas adequadas. Glória Potyguara, por exemplo, lembrou que a deficiência pode ser adquirida ao longo da vida e alertou para a falta de conhecimento e acolhimento adequado, especialmente para crianças autistas. Outros participantes, como Paulo Tupiniquim, enfatizaram a necessidade de um mapeamento adequado das pessoas com deficiência nas terras indígenas, para garantir que as políticas de saúde e educação cheguem de forma eficaz a esse público.

A roda resultou em encaminhamentos concretos, com a proposta de uma agenda com o secretário da SESAI, Weibe Tapeba, e a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, para expandir as discussões e aumentar a incidência política sobre o tema. Foi também decidido criar um documento-manifesto a ser enviado à SESAI, MPI, FUNAI e à Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência, cobrando ações específicas para a inclusão de pessoas indígenas com deficiência. Além disso, os participantes sugeriram melhorias práticas para os próximos ATIs, como a construção de banheiros inclusivos, rampas de acesso, e a reserva de veículos para garantir a participação de todos nas atividades do evento. A criação de uma comissão para coletar assinaturas e pressionar as autoridades também foi uma das ações definidas, com o objetivo de garantir que as reivindicações dos povos indígenas com deficiência sejam atendidas de maneira mais abrangente e eficaz ■



Foto: APOINME



Foto: @studio_ozelticuna

Viveiro dos saberes e memória coletiva

No dia 9 de abril, a Tenda Regional **FNEEI** do Acampamento Terra Livre 2025 iniciou sua programação com a força das manifestações culturais do povo Xavante, reafirmando o espírito de resistência e celebração dos saberes indígenas. Os encaminhamentos estratégicos com o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) deram o tom político do dia, que seguiu com a emocionante apresentação do projeto Viveiro dos Saberes – Viveiro Pataxó. Conduzida por Dan Baron e lideranças Pataxó, a atividade resgatou os 25 anos da destruição do primeiro monumento dos “**Outros 500**

Anos” e lançou luz sobre a importância do pré-projeto interministerial “**Viveiro Bem Viver”** como símbolo de resistência e construção pedagógica da memória indígena. A presença de duas gerações de representantes Pataxó – Pajé Japira e Nyomakã – emocionou o público ao conectar passado e futuro pela educação e ancestralidade.

A programação seguiu com um diálogo sobre Direitos e Políticas Culturais conduzido por Gean Pankararu, que reafirmou que cada aldeia é um ponto de cultura viva e defendeu a ampliação do acesso indígena ao programa Cultura Viva.

Outro momento marcante foi o lançamento do livro **Abya Yala**, de Moema Viezzer, promovendo a valorização da literatura e da memória coletiva entre os educadores indígenas. À tarde, professores indígenas Gerssem Baniwa e Alberto Terena ministraram uma aula aberta a estudantes não indígenas da UnB, reforçando o papel do ATL como espaço formativo e de intercâmbio entre os saberes tradicionais e acadêmicos. A atividade promoveu uma verdadeira vivência intercultural, destacando a centralidade das ciências e culturas indígenas nas lutas sociopolíticas e educacionais do país ■



Memória, justiça e resistência indígena LGBTQIA+

Com uma homenagem marcada por resistência, denúncias e mobilização, o **Coletivo Tybyra** realizou na tenda central do ATL um manifesto em defesa da comunidade indígena LGBTQIA+.



Neste ano, organizamos um ato que vai além da homenagem. Será também uma forma de denúncia. Vamos lembrar as pessoas indígenas LGBTQIA+ que foram assassinadas e suicidadas nos últimos anos

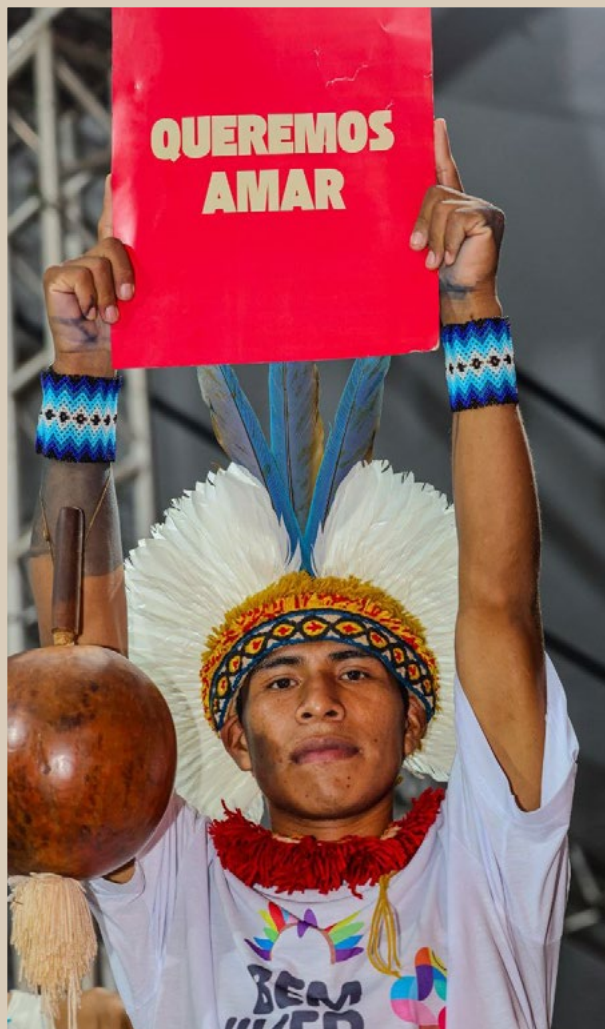
A noite eternizou na memória coletiva do ATL as pessoas indígenas LGBTQIA+ que já ancestralizaram, incluindo o parente Tybyra Tupinambá que foi assassinado em 1614, no Maranhão. Entre os homenageados estão: Brenda Kogue, do povo Bororo, Ana Karoline, do povo Kariri, Jorge, do povo Dessano, e Raquel Pitaguary, do povo Pitaguary, entre outros indígenas LGBTQIA+ vítimas de violência. O Coletivo Tybyra foi criado em 2019 e é referência nacional na defesa dos direitos das pessoas indígenas LGBTQIA+ ■



Foto: ju sting / APIB



Foto: Than Pataxó / APIB





10 de abril

ATL reúne vozes ancestrais e juventude na defesa da Amazônia e dos territórios

Foto: André Guajajara

46

Reforçando o protagonismo e a liderança dos povos indígenas, o penúltimo dia do Acampamento Terra Livre presenciou a **força ancestral** presente nas vozes daqueles que denunciaram as violações dos territórios, que defenderam a Amazônia livre de petróleo e gás e que

relembrou a lei 11.645/08, que tornou obrigatório o estudo da história e cultura afrobrasileira e indígena nos currículos da educação básica (ensino fundamental e médio), tanto em escolas públicas quanto privadas. Também marcando as atividades do dia, a **juventude indígena** ofereceu suas forças para dar continuidade a luta por demarcação, educação e políticas públicas.

Mesa “Diagnóstico de Terras” reforça protagonismo indígena e revela violações aos direitos nos territórios da APOINME

A mesa “**Diagnóstico de Terras**”, realizada na Tenda da **APOINME** e coordenada por Paulo Tupiniquim, apresentou os resultados de uma ampla pesquisa territorial em parceria com a Fundação Ford. Com falas potentes de lideranças como George de Vasconcelos, Elisa Pankararu, Estevão Palitot e Felipe Tuxá, o encontro revelou dados inéditos sobre os mais de 190 territórios indígenas mapeados, incluindo aspectos de violências, violações de direitos, impactos ambientais e ausência de políticas públicas. A pesquisa, construída de forma coletiva com os povos da APOINME, aborda também as ameaças trazidas por grandes empreendimentos, como energia eólica, mineração e agronegócio, além de destacar a presença indígena

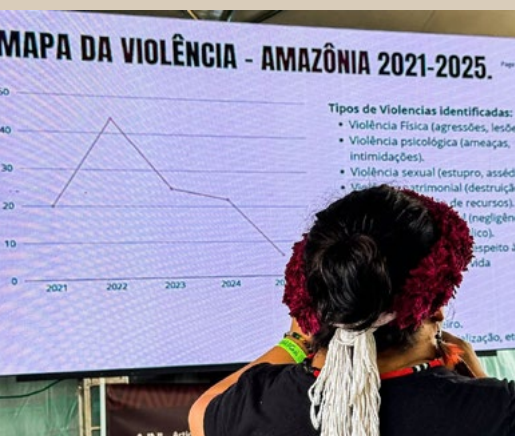
em diversos biomas brasileiros e a importância do conhecimento ancestral na preservação dos territórios. A mesa evidenciou que os formulários utilizados foram pensados a partir da realidade das comunidades, promovendo um retrato preciso sobre saúde, educação, segurança, cultura e meio ambiente.

O evento também marcou um passo importante no fortalecimento jurídico e político dos povos indígenas, com o lançamento de uma cartilha educativa sobre os mecanismos internacionais de defesa dos direitos indígenas. Hugo Belarmino apresentou o material, fruto de parceria com a UFPB (Universidade Federal da Paraíba), que visa capacitar lideranças a acessar instâncias como

ONU (Organização das Nações Unidas) e OEA (Organização dos Estados Americanos). Entre os encaminhamentos principais, ficou definida a ampla disseminação do Diagnóstico de Terras e da Cartilha, como formas de subsidiar políticas públicas e fortalecer a luta por demarcação, justiça e autonomia. A cacique Rosinha Potiguara e representantes da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) e EMBRAPA ressaltaram a necessidade de apoio concreto à agricultura tradicional e à soberania alimentar indígena. A mesa foi encerrada com a reafirmação do papel central dos próprios indígenas na produção de dados sobre seus territórios: **“feita por indígenas, para indígenas”** ■



Fotos: APOINME



Fotos: Dany Guajajara / ANMIGA

Mulheres indígenas, vozes que ecoam no ATL 2025



“Não somos somente corpo, nós somos as vozes dos nossos sagrados. Nós somos de sempre e para sempre.”

O quarto dia do ATL 2025 foi marcado por intensos debates e discussões sobre temas centrais para as mulheres indígenas. Houve o aprofundamento dos eixos temáticos que serão trabalhados na conferência e a escuta das demandas e pautas que cercam a vivência da mulher indígena.

Entre as vozes, reacenderam as denúncias de violências contra os corpos-territórios e a escassez de água nas comunidades. Falas marcantes revelaram a indignação com a omissão do Estado diante da violência: **“Por que nossos territórios ainda não são demarcados, enquanto tantos de nossos corpos são violados e tombam nesses conflitos? Até quando a justiça permanecerá omissa?”**

A inclusão da juventude indígena nos espaços de escuta, a ausência de políticas públicas eficazes e a violência sistêmica contra as mulheres indígenas foram temas que ecoam dentro do primeiro momento do círculo de diálogo. A retrospectiva da construção da ANMIGA foi um ponto de fortalecimento, mostrando a importância da participação ativa das mulheres em todos os espaços.

Na segunda parte do diálogo, foi falado a respeito dos direitos das mulheres e meninas indígenas, abordando a situação delas nos territórios indígenas em todos os biomas do Brasil de forma detalhada. Foram apresentados dados dos últimos quatro anos sobre os vários tipos de violência cometida contra as mulheres e meninas nesses territórios, incluindo índices, frequência e formas de violação. Relatos também foram feitos sobre a vulnerabilidade das mulheres indígenas em contextos urbanos, que enfrentam a falta de apoio, auxílio ou qualquer tipo de atendimento relacionado ao bem viver de acordo com as especificidades de cada uma.

O Acampamento Terra Livre de 2025 foi um espaço fundamental de visibilidade, diálogo e resistência para as mulheres indígenas. Através dos debates e diálogos na tenda da ANMIGA, as mulheres puderam fortalecer suas vozes, denunciar as violações sofridas e estabelecer estratégias para a proteção dos territórios e a construção de políticas públicas que respondam às suas demandas. **A luta pela demarcação de terras, pela proteção contra a violência de gênero, pelo fortalecimento da participação política e pela garantia de direitos são urgentes e continuam a guiar a caminhada dessas mulheres na luta pela dignidade, pela vida e pelos seus povos** ■

Amazônia livre de petróleo e gás – o clamor dos povos da floresta pela vida e pela justiça climática

A mesa “**Amazônia Livre de Petróleo e Gás: o fim da era dos combustíveis fósseis e uma transição energética justa**”, realizada no Acampamento Terra Livre, começou com um importante preâmbulo: João Edgar Pretto, presidente da CONAB, destacou o impacto da retomada das políticas públicas contra a fome no governo Lula, ressaltando a distribuição de alimentos — muitos deles presentes na alimentação dos próprios participantes do ATL. Complementando, Cazé, também da CONAB, lembrou o histórico de apoio direto a povos indígenas em seus territórios, pavimentando o clima de solidariedade para uma mesa marcada pela denúncia, resistência e unidade. A coordenadora Alana Manchineri (COIAB) deu início ao debate, que reuniu lideranças

indígenas de diversos países da Amazônia Legal e Pan-Amazônia, em defesa de seus territórios contra a exploração de petróleo e gás.



Não há transição energética justa que passe por cima dos direitos dos povos indígenas.

As falas ecoaram um grito comum: ***não há transição energética justa que passe por cima dos direitos dos povos indígenas.*** Luene Kari-puna denunciou os impactos do Bloco F59 e criticou a contradição do governo brasileiro em defender a transição verde enquanto avança com leilões de petróleo.

Norma Ene, do Equador, destacou que mesmo após uma consulta popular que rejeitou a exploração, o governo segue ignorando o clamor popular. Ingry Mojanajinsoy, da Colômbia, compartilhou a vitória da expulsão de petroleiras e convocou à união pan-indígena. Jonas Mura, Milena Mura, Clóvis Marubo e outros reforçaram denúncias de violações nos territórios — da destruição ambiental à violência física e simbólica. Como encaminhamentos, foi destacada a necessidade urgente de **formações sobre transição energética justa**, além do fortalecimento das organizações indígenas e da construção de estratégias coletivas para os próximos embates, incluindo a COP 30. O grito unificado pela demarcação já e pelo fim da exploração de petróleo na Amazônia marcou o encerramento da mesa: **“Parentes, nós somos a resposta”** ■



Foto: Kaiti Topramre



Foto: Bruninho Kaxuyana



Povos Indígenas na linha de frente do clima — territórios, justiça e futuro

A roda de conversa “**Estratégias para o enfrentamento às mudanças climáticas a partir da defesa dos territórios indígenas**” teve início logo após momentos marcantes no ATL, como a assinatura de um acordo de cooperação entre a FUNAI e o Conselho Indígena de Rondônia (CIR), além da apresentação das novas gestões da UMIAB (União da Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira) e do CIR. A mesa trouxe reflexões profundas sobre como os direitos territoriais são centrais no enfrentamento à crise climática, destacando a atuação da organização representada por Miranda, que apoia juridicamente povos indígenas em vários países da América Latina. Paulo Pankararu reforçou

a urgência da consulta prévia, livre e informada, mesmo em territórios ainda não demarcados, criticando interpretações equivocadas da legislação. Ele também mencionou a proposta de emenda constitucional que reconhece os bens naturais como sujeitos de direito. Jorge Augusto Sales, da Defensoria Pública da União, destacou a importância da atuação jurídica em todas as esferas — local, nacional e internacional — para garantir os direitos dos povos originários e fortalecer suas lutas em prol da preservação da natureza.

A plenária, ao ser aberta, trouxe questionamentos e sugestões que enriqueceram o debate, como o papel dos

povos indígenas da América do Norte, os desafios para jovens indígenas ingressarem na área jurídica, e a ausência de projetos educativos que promovam a centralidade indígena na proteção ambiental. Também foi levantada a importância de formações específicas para indígenas em contextos urbanos, assim como assessorias sobre temas complexos como o mercado de créditos de carbono. Jorge informou que a DPU (Defensoria Pública da União) lançará em breve um estudo sobre os impactos desse mercado nos territórios indígenas e se colocou à disposição para construir coletivamente estratégias de atuação. Como encaminhamentos, destacam-se: **a criação de ações**

educativas voltadas à proteção ambiental com protagonismo indígena, o apoio à formação jurídica e política de jovens e indígenas em contexto urbano, além do desenvolvimento de assessorias e estudos sobre créditos de carbono com participação direta das comunidades. A roda foi encerrada com um chamamento para a Marcha, reafirmando que a luta indígena é essencial na construção de um futuro climático justo e sustentável ■



Foto: Thaigon Arapiun

Juventude Indígena assumindo as rédeas do clima e do futuro

A mesa “**Ajuri: Juventude Indígena no Protagonismo Climático**”, realizada na tenda da COIAB, deu voz à nova geração de lideranças indígenas da Amazônia brasileira, reforçando que os jovens não são o futuro, mas o presente das lutas ambientais e territoriais.

A plenária, conduzida por Raquel Wapichana e Mitã Xipayá, destacou desafios regionais e propostas concretas da juventude dos estados da Amazônia Legal, como Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará e Maranhão. Lideranças como Isaka Huni Kuin, Jéssica Sateré Mawé e Inauri Guajajara reafirmaram o papel transformador da juventude nos territórios, apontando a urgência de políticas públicas

específicas, como um ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) adaptado ao contexto amazônico, diante dos impactos diretos da crise climática, como a seca dos rios. Também foram destacadas as especificidades de juventudes LGBTQIA+ e de jovens em contexto urbano, propondo espaços mais amplos e inclusivos de representação.

A plenária foi marcada por propostas práticas e contundentes: a criação e fortalecimento de departamentos de juventude indígena dentro da COIAB, a realização de caravanas e intercâmbios entre territórios, e a formulação de um documento coletivo que reflita o modelo de liderança desejado pela ju-

ventude amazônica. Os jovens também exigiram participação efetiva nas zonas azul e verde da COP 30, com protagonismo nas decisões climáticas globais. A mesa concluiu com encaminhamentos fundamentais: **realização de um ENEM específico e fundo climático para o Amazonas, caravanas juvenis articuladas pela COIAB, encontro estadual de juventude no Pará, formação de uma liderança coletiva indígena, e presença ativa na COP 30**. O encontro não foi apenas um momento de escuta, mas um chamado para ação, marcando uma virada geracional no movimento indígena com foco no clima, na justiça e na autonomia ■



Foto: Ronaldo Tapirape



Foto: Ronaldo Tapirape



Foto: COIAB



Foto: FOIRN

Vozes da floresta — A urgência Yanomami no ATL 2025

Durante a mesa “Yanomami – Emergência Indígena”, realizada no Acampamento Terra Livre, lideranças dos povos Yanomami e Yekoana fizeram um contundente apelo por justiça, saúde, educação e proteção territorial. Julio Yekoana abriu os trabalhos reforçando a gravidade da situação e a presença histórica dos povos na mobilização. Carlinha

Yanomami, em um depoimento emocionado, lançou uma campanha contra o garimpo, denunciando os impactos do crime ambiental sobre a saúde mental, a integridade física e os direitos das mulheres. Ela pediu maior representatividade feminina, formação de associações e um compromisso mais firme do governo no combate à mineração ilegal.

Roni Yanomami escancarou a precariedade da assistência médica no território: com 33 mil casos de malária em 2024, reivindicou a construção de postos de saúde, capacitação de microscopistas e a presença de equipes formadas por indígenas.

Sarney Yanomami trouxe à tona o abandono educacional, relatando a total ausência de escolas nas regiões habitadas por seu povo e a falta de material básico. O clamor por escolas da SEDUC e SEMED ecoou como um pedido urgente. A mesa também destacou a necessidade de centros e bases de monitoramento nas Terras Indígenas para barrar o avanço de garimpeiros, madeireiros e turistas com práticas predatórias, como a pesca esportiva. Lideranças como Dario Kopenawa reforçaram a importância de proteger os povos isolados, mapeando ao menos seis pontos de presença e relatando denúncias ignoradas de assassinatos. Os encaminhamentos foram claros: **construção de centros de saúde e escolas, capacitação indígena em saúde, monitoramento territorial feito pelos próprios Yanomami, proibição da pesca esportiva, maior fiscalização do garimpo, proteção aos isolados e articulação entre governo, universidades e movimentos para formação técnica indígena.** A mesa encerrou-se com o canto ancestral de Roni Yanomami, ecoando a força viva de uma cultura que luta, resiste e clama por justiça ■

Caminhos percorridos em prol de um sistema educacional indígena

No dia 10 de abril de 2025, a Tenda Regional FNEEI no Acampamento Terra Livre se consolidou como espaço estratégico de **debate e proposição de políticas públicas para a Educação Escolar Indígena**. Logo pela manhã, lideranças indígenas, parlamentares e representantes do MEC e INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) se reuniram em um círculo de conversas sobre estratégias de incidência no Congresso Nacional. A mesa tratou com profundidade os desafios do novo Plano Nacional de Educação (PNE) e da efetivação da Lei 11.645/08, com destaque para a fala de Márcio Lima (INEP), que apresentou dados e críticas sobre as falhas estruturais e a invisibilização dos indígenas fora de Terras Indígenas. A deputada Célia Xakriabá, acompanhada por mulheres e crianças dos povos Maxakali e Xakriabá, emocionou o público ao exaltar

o papel das mulheres indígenas no parlamento e na luta por um sistema próprio de educação. A proposta da Política Nacional de Educação Escolar Indígena, apresentada por Zara Figueiredo (SECADI/MEC), estruturada em sete eixos, foi recebida com atenção por lideranças que trouxeram demandas sobre infraestrutura, bolsas, territorialização e formação docente.

À tarde, a tenda foi palco de reflexões profundas sobre a **educação antirracista e a implementação da Lei 11.645/08**.

A mesa, composta por representantes do Instituto Alana e do Instituto Socioambiental (ISA), destacou os baixos índices de implementação da educação escolar

indígena em municípios e criticou a superficialidade da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) quanto às temáticas indígenas. A necessidade urgente de formação docente, produção de materiais com autoria indígena e justiça curricular foi reafirmada, assim como o combate ao racismo estrutural que atravessa a infância indígena. O painel encerrou com apresentações culturais de mulheres e crianças indígenas e o lançamento de um mapeamento nacional sobre a aplicação da Lei ■



Fotos: FNEEI



Foto: Richard Wera / APIB

Rumo à COP 30: Povos Indígenas lançam Comissão Internacional e reafirmam protagonismo climático

O dia 10 de abril de 2025 ficará marcado como um ponto de virada na articulação internacional dos povos indígenas rumo à COP 30. Durante a plenária **“A resposta somos nós: Povos Indígenas rumo à COP 30”**, realizada na Tenda Central do Acampamento Terra Livre, foi lançada oficialmente a Comissão Internacional Indígena para a COP 30, reunindo lideranças do Brasil e de países amazônicos, representantes do governo federal e movimentos sociais de diversas partes do mundo. O momento, simbólico e político, reafirmou: a centralidade dos povos indígenas na luta climática não é concessão — é urgência histórica.

Alana Manchineri, coordenadora da Comissão, deu início ao evento reforçando que a COP 30, que acontecerá em Belém do Pará, será a **“COP dos Povos Indígenas”**. A fala teve eco nas vozes de lideranças

como Sineia Wapichana (Brasil), Sara Olmi (Panamá), Juan Carlos Jintiach (Aliança Global) e Toya Manchineri, que reforçaram a necessidade de garantir espaços reais de decisão, com escuta qualificada, respeito aos saberes ancestrais e foco na **demarcação dos territórios como eixo central das políticas climáticas**.

O evento também marcou os 20 anos da Articulação dos Povos Indígenas (APIB) e serviu de preparação política para a grande marcha final. Em meio a cantos, cartazes e falas vibrantes, foi celebrada a criação do **G9 Indígena** — aliança entre os nove países amazônicos — e do **Círculo dos Povos** na estrutura oficial da COP 30, que integrará movimentos como o Caucus Indígena, APIB, ANMIGA, COIAB e outras coalizões internacionais. Sônia Guajajara, Ministra dos Povos Indígenas, anunciou programas como

o **Kuntari Katu**, voltado à formação de lideranças indígenas para negociações globais, enquanto Marina Silva e Márcio Macedo reiteraram o compromisso do governo Lula com a pauta indígena e ambiental.

Célia Xakriabá, deputada federal, emocionou ao lembrar que a luta climática é, antes de tudo, **uma luta por território e por memória viva**. Ela e outras lideranças denunciaram o avanço de megaprojetos, a criminalização de defensores e a tentativa de silenciamento institucional — como a atuação da Câmara de Conciliação sobre o Marco Temporal, apontada como ameaça direta à autonomia dos povos originários.

O encerramento da plenária foi marcado pela leitura da **Carta Política “A resposta somos nós”**, que convoca os povos à mobilização contínua e reafirma os compromissos para a COP 30 ■

Encaminhamentos:

- ▶ Consolidação do **Círculo dos povos** como espaço permanente de articulação política na COP 30;
- ▶ Reconhecimento da **demarcação de terras** como política climática essencial;
- ▶ Pressão contínua para o **fim da Câmara de Conciliação** sobre o Marco Temporal;
- ▶ Fortalecimento da **Comissão Internacional Indígena** com representantes dos nove países amazônicos e dos movimentos indígenas nacionais;
- ▶ Garantia de que a COP 30 será a **COP com maior presença indígena da história**;
- ▶ **Mobilizações estaduais e regionais** em preparação para Belém, com foco em formação política, jurídica e climática.



Foto: Richard Wera / APIB



Foto: Richard Wera / APIB



Foto: Sandy Yusuro / APIB

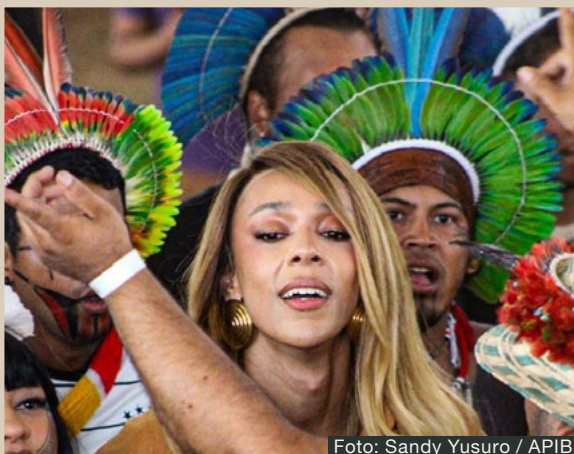


Foto: Sandy Yusuro / APIB



Foto: Sandy Yusuro / APIB

Em uma só voz, traduzida em diversas línguas e expressões culturais, o grito ecoou até o fim da tarde: **“A resposta somos nós. Demarcação já!”**. E assim, os povos indígenas deram mais um passo firme e coletivo rumo à defesa do planeta — com território, com memória e com protagonismo ■



Foto: Richard Wera / APIB



Foto: Renan Belmiro / AVAAZ

Marcha: “A resposta somos nós”

Foram mais de 9 mil indígenas caminhando juntos pelas ruas de Brasília entoando seus cantos, reivindicando direitos, levantando suas vozes anunciando uma mensagem consistente e verídica:

“A resposta somos nós.”

A luta pela demarcação de suas terras é alinhada à preservação dos territórios, das florestas, do bioma brasileiro que diariamente é devastado pelas mãos daqueles que desejam o enriquecimento de seus bolsos e o fim da vida da mãe terra.

Por meio da mobilização os povos originários anunciaram que assim como seus ancestrais, eles estão dispostos a levantar suas vozes, lutar e resistir coletivamente ■



Foto: Richard Wera / APIB



Foto: Édina Miçfe / APIB



Foto: Édina Miçfe / APIB



Foto: Than Pataxó / APIB



Foto: Po Yre / ISA



Foto: André Guajajara



Foto: Édina Miçfe / APIB



Foto: Than Pataxó / APIB



Foto: André Guajajara



Foto: Édina Mĩgfe / APIB



Foto: André Guajajara



Foto: Édina Mĩgfe / APIB



Foto: André Guajajara



Foto: André Guajajara



Foto: Sally Nhandewa / APIB



Foto: Renan Belmiro / AVAAZ



Foto: Kaue Terena



Foto: Renan Belmiro / AVAAZ



Foto: Édina Mígfe / APIB



Foto: Than Pataxó / APIB



Foto: André Guajajara



Foto: Jacqueline Lisboa / WWF



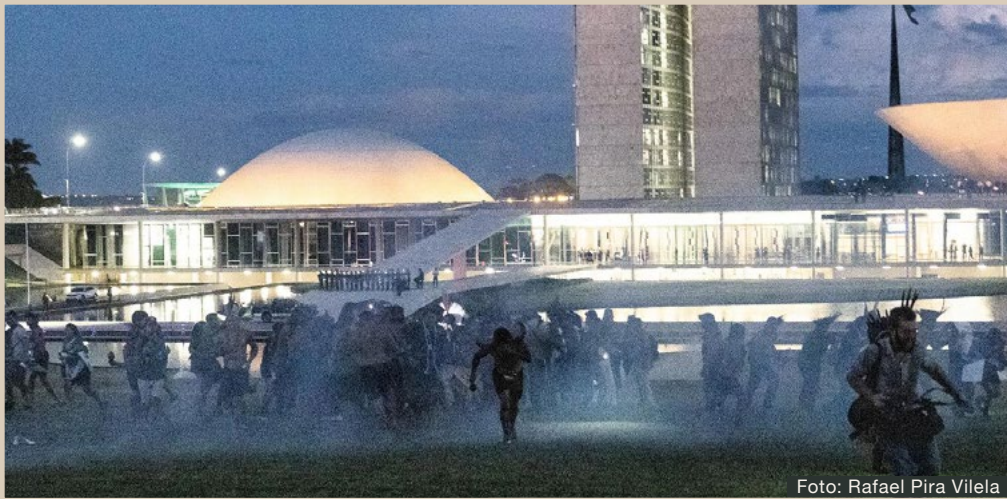


Foto: Rafael Pira Vilela



Foto: Rafael Pira Vilela



Foto: Rafael Pira Vilela



Foto: Rafael Pira Vilela

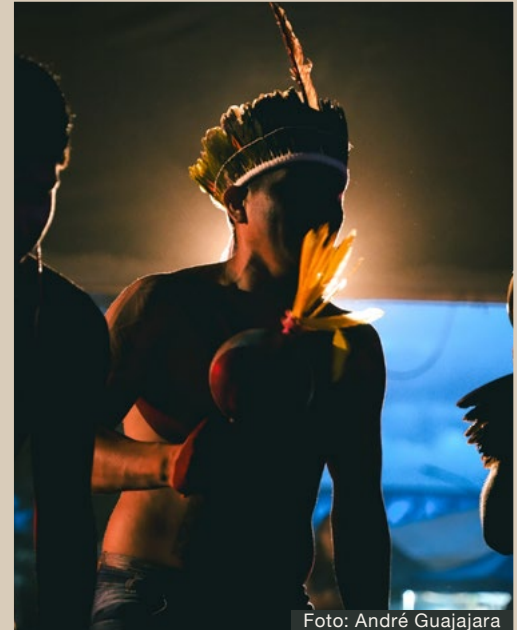


Foto: André Guajajara



Foto: Nailson Wapichana / APIB



11 de abril

Último dia do ATL reafirma resistência indígena diante da violência e relembra avanços

Foto: Édina Migfe / APIB

62

Com um sentimento de revolta e tristeza acometido devido às agressões presentes contra os indígenas na Marcha “**A Resposta Somos Nós**”, as mesas e rodas de conversas

do último dia representaram a resistência dos povos indígenas frente às violações de seus direitos. O último dia também relembrou algumas conquistas adquiridas por meio de luta e diálogo, ao mesmo tempo que foi palco de reivindicações ainda urgentes.

Moradia digna no campo — Lideranças indígenas articulam avanços no programa “Minha Casa Rural”

A mesa “**Minha Casa Rural**”, realizada durante o Acampamento Terra Livre 2025, destacou a importância de garantir o acesso real e justo dos povos indígenas ao Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). Representantes de diversos movimentos e regiões apontaram falhas na comunicação, burocracia e desigualdade no acesso às moradias oferecidas via o edital anterior. Jecinaldo, do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), explicou que o programa já existe dentro do “*Minha Casa Minha Vida*”, com uma cota específica para indígenas, mas a baixa adesão em 2023 revelou que as informações não chegaram adequadamente às

comunidades. Em 2025, será aberto novo edital em julho, com a meta de 100 mil casas indígenas, o que exigirá mobilização urgente das lideranças e associações para levantamento da demanda, formação de parcerias e regularização de documentação.

As falas reforçaram a necessidade de um edital próprio para os povos indígenas, com regras mais acessíveis e pontuação diferenciada para entidades indígenas locais, a fim de evitar que empresas externas se beneficiem em detrimento das comunidades. Casos de má execução, fraude e abandono de obras foram relatados, destacando

a urgência de monitoramento e transparência. Sugestões como a criação de comissões estaduais, consórcios de comunidades e técnicos da Caixa apoiando na elaboração das propostas foram colocadas como encaminhamentos centrais. A APOINME se colocou como facilitadora nesse processo, com Lindomar responsável pela articulação direta. O desafio agora é garantir que o programa chegue a quem realmente precisa, respeitando as especificidades culturais, arquitetônicas e territoriais de cada povo, e construindo moradias que promovam dignidade e permanência nos territórios ■

Povos Indígenas se articulam por acesso digno ao Minha Casa Minha Vida

Durante a concentração para a marcha no ATL 2025, lideranças indígenas de diversas regiões reforçaram a urgência de mobilização em torno do novo edital do programa **Minha Casa Minha Vida Rural**, previsto para julho. Luiz Titiah destacou que, apesar da meta do governo de construir dois milhões de moradias, apenas 6 mil chegaram até agora às comunidades indígenas. A previsão para 2025 é reservar 100 mil unidades específicas para os povos originários. Um dos principais desafios relatados foi a burocracia e a predominância das prefeituras no processo, o que dificulta o acesso direto das organiza-

ções indígenas. A proposta central é garantir um programa específico, gerido pelos próprios movimentos indígenas, com autonomia na elaboração e execução dos projetos. A recomendação foi clara: as comunidades têm até junho para se organizar, atualizar a documentação e buscar entidades habilitadas junto à Caixa Econômica.

As falas também trouxeram denúncias de fraudes, má gestão e projetos executados por empresas sem compromisso com as realidades locais. Lideranças como Giva Duxa e Ivison Visul Cocal relataram casos de interferência política e corrupção em processos

de seleção, pedindo o fim da participação das prefeituras e mais pontuação para entidades indígenas nos editais. Foi reforçada a necessidade de arquiteturas adaptadas às culturas locais e de uma revisão das portarias que regem o programa, garantindo participação das comunidades na construção dessas normas. Representantes da APOINME, MST e MPI orientaram sobre os próximos passos, incluindo plenárias, capacitações e o uso das ouvidorias para denúncias. A mensagem unânime foi de união, ética e organização para garantir que o direito à moradia chegue, de fato, a quem precisa ■



Roda de conversa no ATL 2025 discute clima e ética global com lideranças indígenas

A Roda de Conversa sobre o **Balço Ético Global sobre o Clima** no ATL 2025 reuniu importantes lideranças indígenas da Amazônia e de outras regiões para discutir os desafios climáticos e os compromissos dos governos em relação à preservação ambiental. Mediado por Alana Manchineri e Alopi, o evento contou com apresentações culturais, como a do povo Tupinambá, que enfatizou a importância do “bem viver” e a responsabilidade dos governantes na proteção das terras indígenas. Durante as discussões, destacaram-se questões como a ética climática e a necessidade de ações mais concretas em relação ao enfrentamento da mudança climática, com foco em soluções indígenas. O papel do G9 da Amazônia Indígena foi

ressaltado como uma plataforma para mobilizar discussões e propostas diretamente das comunidades, com a intenção de influenciar as decisões políticas e exigir a participação ativa dos povos indígenas nas mesas de negociação internacionais, como a COP 30.

As lideranças indígenas apresentaram um panorama preocupante sobre a exploração de recursos naturais e os impactos das mudanças climáticas em seus territórios. Angela, representante brasileira, criticou a postura do governo federal, que apesar de apoiar a participação da sociedade civil na discussão, continua incentivando atividades prejudiciais à Amazônia, como a exploração de petróleo. Elígio e Oláguia, por sua vez, destacaram a necessidade de uma

educação mais alinhada à sustentabilidade, a resistência ao extrativismo e a relevância de políticas públicas que garantam a proteção dos direitos indígenas. A participação de mulheres indígenas e a criação de organizações como o G9 foram vistas como essenciais para fortalecer a luta e a articulação dos povos originários. O evento também chamou a atenção para os compromissos internacionais sobre mudanças climáticas, que ainda precisam ser cumpridos, e para a importância de garantir que as ações de adaptação e mitigação sejam realmente implementadas.

A manhã foi marcada pela presença ativa das crianças indígenas, que entregaram um manifesto às ministras Sônia Guajajara e Marina Silva, reafirmando seu protagonismo



Foto: Taíla Wajuru



Foto: Kathleen Limayo



Foto: Thaigon Arapiun

na luta pela demarcação das terras e o enfrentamento das mudanças climáticas. A Ministra Marina Silva destacou o impacto global das mudanças climáticas, a necessidade urgente de revisão de políticas ambientais e a valorização dos saberes ancestrais dos povos indígenas. Ela também ressaltou o compromisso do Brasil com a COP 30, que buscará incluir os povos indígenas como protagonistas nas discussões climáticas globais.

O evento também contou com as falas de diversas lideranças indígenas, como Bianca e Poli, que compartilharam experiências de seus povos e enfatizaram a relevância da preservação das tradições e do conhecimento ancestral. Joenia Wapichana, Presidente da FUNAI, e Alessandra e Neusa, do povo Munduruku, abordaram as lutas pela demarcação de terras e a urgência de garantir a autonomia indígena para a gestão de seus territórios. A troca de cartas e manifestações entre lideranças de diferentes regiões e povos foi um dos destaques do encontro, que culminou na realização de um vídeo institucional sobre o programa “Arco da Restauração – Restaura Amazônia para Terras Indígenas”. A participação ativa das mulheres indígenas da Austrália e do Pacífico também foi um ponto central, com a defesa da autonomia e soberania indígena para enfrentar a crise climática, reforçando a importância da solidariedade entre os povos originários para a construção de soluções globais e concretas ■

Educação indígena em movimento: encerramento marca novas conquistas e mobilizações

No dia 11 de abril de 2025, a **Tenda da Educação e Culturas Indígenas** do ATL encerrou em clima de mobilização e fortalecimento político. A manhã foi dedicada à leitura, debate e aprovação do documento final que sintetizou as propostas construídas coletivamente durante os debates da semana. Destaque para a defesa de um capítulo exclusivo sobre a Educação Escolar Indígena no novo Plano Nacional de Educação (PNE), contemplando temas como merenda escolar, Custo Aluno Qualidade (CAQ) e per capita diferenciada, inclusão dos contextos urbanos, for-

talecimento de universidades em terras indígenas, currículo próprio e reconhecimento dos direitos da natureza como base educativa. Também foram discutidas propostas de concursos e editais específicos para professores indígenas, além de alterações terminológicas e conceituais que ressignificam a educação a partir das cosmovisões dos povos originários.

O momento foi marcado ainda por manifestações de solidariedade e resistência, como a nota de repúdio aprovada contra a violência policial sofrida pela deputada Célia

Xakriabá durante a marcha, e o apoio às populações indígenas em contexto migratório. O encerramento, com cantos, danças e rezos, celebrou a força ancestral e a construção coletiva de um projeto de educação indígena verdadeiramente intercultural, decolonial e antirracista. Com o compromisso de continuidade da luta e a proposta de inclusão do ATL nos calendários acadêmicos das instituições de ensino, a Tenda Regional do FNEEI reafirmou seu papel estratégico na incidência política e na valorização dos saberes indígenas no cenário nacional ■



Fotos: FNEEI



Fotos: Richard Wera / APIB

Plenária política com lideranças e parlamentares indígenas e leitura final do ATL 2025

Na tarde de encerramento do 21º Acampamento Terra Livre (ATL), lideranças indígenas, parlamentares e representantes de instituições públicas se reuniram para denunciar a violência sofrida por indígenas na véspera do evento. A mesa teve início com a leitura da carta da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), que manifestou repúdio à truculência policial contra a deputada Célia Xakriabá e outras indígenas durante um protesto pacífico nas proximidades do Congresso Nacional. A parlamentar foi agredida com spray de pimenta ao tentar dialogar com os agentes, chegou a perder a consciência e precisou de atendimento médico. Emocionada, ela afirmou ter cogitado desistir do mandato, mas reforçou seu compromisso de seguir lutando, destacando que carrega a força ancestral de seu povo.

As manifestações de solidariedade ecoaram por toda a plenária. Dinamam Tuxá, da APIB, denunciou o racismo institucional e reforçou que a luta indígena é em defesa das instituições democráticas. Kretã Kaingang apontou o viés machista das agressões, que se voltaram majoritariamente contra mulheres indígenas. Eliana Torelli, do MPF, apresentou os trabalhos da 6ª Câmara de Direitos Indígenas e garantiu o acolhimento das denúncias, enquanto Kleber Karipuna expôs um áudio comprometedor revelando a intenção deliberada de agredir os manifestantes. A cerimônia foi encerrada com um canto de Suhyasun Pataxó e a leitura da carta final do ATL, reforçando o compromisso da APIB e dos povos originários com a luta por seus direitos, dignidade e justiça ■





Carta Final do 21º Acampamento Terra Livre

Fotos: André Guajajara

Nós, povos indígenas, sempre estivemos aqui! Resistimos à invasão de nossos territórios e ao genocídio realizado contra os nossos ancestrais e contra nós nesses 525 anos.

Em 2025, celebramos um marco fundamental para a Aliança e Unidade na Diversidade dos nossos povos: 20 anos da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). A APIB foi criada

em 2005, durante o segundo Acampamento Terra Livre (ATL), como uma instância nacional de articulação e referência do movimento indígena. Desde então, a APIB e o ATL se tornaram expressões vivas de mobilização e resistência na luta pelos direitos fundamentais consagrados na Constituição Federal de 1988: o direito originário ao território, à autodeterminação, à identidade e cultura próprias, bem como às políticas públicas específicas e diferenciadas,

como a saúde e educação indígena, além da efetiva proteção às terras indígenas, no intuito de assegurar todos os direitos pétreos mencionados.

Diante de um cenário global e nacional marcado pelo avanço da extrema-direita e por ataques sistemáticos aos nossos direitos, reafirmamos a importância da resistência e da luta coletiva. Foi com ela que arrancamos conquistas históricas: o reconhecimento constitucional dos nossos direitos originários e o protagonismo indígena em cargos estratégicos no Governo Federal, como o Ministério dos Povos Indígenas (MPI), a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). Mas representação sem estrutura não transforma realidades. Reivindicamos orçamento, pessoal e autonomia para políticas públicas feitas de parente para parente, respeitando a diversidade de nossos povos e territórios.

O Brasil, que sediará a COP 30 em nossa Amazônia Indígena, ocupa um papel central na agenda climática mundial. O ano de 2024 foi o mais quente da história, com eventos extremos se tornando rotina. Não há mais tempo! A exploração de combustíveis fósseis impacta diretamente nossos povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e a própria Mãe Terra. A resposta à crise climática exige uma transição energética justa e sustentável. Seguimos alertando para os impactos do petróleo, do gás, da energia nuclear e até mesmo das chamadas renováveis – eólica e solar – quando desrespeitam nossos territórios.

Além da crise climática, enfrentamos ataques sistêmicos aos nossos direitos constitucionais. A Câmara de Conciliação do STF, criada sem a participação da APIB, representa o maior ataque institucional desde a promulgação da Constituição de 1988. Em vez de declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 14.701/2023, o Ministro Gilmar Mendes propôs um novo anteprojeto de lei que fragiliza o direito à consulta livre, prévia e informada, criminaliza retomadas, indeniza invasores e altera profundamente o procedimento de demarcação. Pior: sinalizou a abertura de nova negociação sobre a mineração em terras indígenas.

No Congresso, o cenário também é alarmante. O Parlamento mais conservador da história, dominado por ruralistas, propõe emendas à Constituição como a PEC 48, do Marco Temporal, a PEC 132, da indenização da terra nua, e uma CPI da Demarcação das Terras Indígenas, tentando restringir ou anular nossos direitos conquistados. Por isso, exigimos o arquivamento imediato de todas as propostas legislativas de caráter anti-indígena em tramitação no Congresso Nacional.

Durante o 20º ATL, em abril de 2024, o Ministro Gilmar Mendes sinalizou que abria uma mesa de negociação dos nossos direitos, relacionada diretamente com o aumento da violência nos nossos territórios. Agora, um ano depois, no 21º ATL, mais um ataque aos povos indígenas se apresenta: a União, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados pediram mais um

adiamento das discussões da Câmara de Conciliação. Reafirmamos: não aceitaremos manobras que enfraqueçam nossos direitos.

Marchamos, pacificamente, nos dias 8 e 10 de abril. Mais de 8 mil indígenas ocuparam Brasília com corpos, maracás e a Constituição nas mãos. Somos guardiões da Mãe Terra e da Democracia. A estátua da Justiça, agora com cocar, nos acompanha como símbolo da resistência e sabedoria ancestral. Nosso grito coletivo exige: o fim da Câmara de Conciliação e a declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 14.701/2023.

No dia 10 fomos recebidos com repressão violenta por parte da Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e da Polícia Militar. Uma violência premeditada, já que no dia anterior um agente público disse em reunião “Deixa descer. Se fizer bagunça, a gente mete o cacete”. Assim, mulheres, crianças, anciãos e lideranças tradicionais foram brutalmente atingidos por bombas de gás lacrimogêneo e spray de pimenta. Eles também não receberam atendimento imediato por parte do Corpo de Bombeiros. Entre as vítimas está a nossa deputada federal Célia Xakriabá, alvo de racismo e violência política. As forças de segurança, que deveriam proteger os povos indígenas, são as mesmas que nos assassinam em nossos territórios e ainda não concebem que indígenas possam ser eleitos para aldear o Congresso Nacional.

A resposta somos nós! Somos guardiões não apenas da natureza, mas também da Constituição de 1988. Empunhamos a Carta Magna porque ela reconhece nosso direito originário às terras que tradicionalmente ocupamos. A terra é nossa por direito – não invadimos território de ninguém. Confiamos no Supremo Tribunal Federal, que já declarou a inconstitucionalidade do marco temporal e agora tem o dever de proteger novamente nossos direitos.

As crises climática, ambiental, alimentar e civilizatória têm em nossos modos de vida, saberes e práticas tradicionais o caminho para a regeneração do planeta. Nossa ciência e sistema ancestral, expressa na agroecologia, nas economias indígenas, na gestão coletiva dos territórios, na nossa relação espiritual com a Mãe Natureza, preserva a biodiversidade, todas as formas de vida, incluindo os mananciais e sustenta sistemas alimentares saudáveis e equilibrados. Por isso, demandamos a retomada imediata das demarcações de todas as terras indígenas no Brasil, como uma política

climática efetiva, e o financiamento direto para a proteção integral dos nossos territórios e nossos modos de vida.

Além disso, é importante mencionar que o lançamento da Comissão Internacional Indígena para a COP-30, durante o ATL 2025, é a expressão concreta do reconhecimento de um movimento que há séculos resiste, que é a contribuição indígena para o equilíbrio da Terra. Mais do que um espaço institucional, ela é uma conquista histórica dos próprios povos indígenas que há anos cobram por mais reconhecimento e espaço para participação efetiva nos fóruns globais. Formada por organizações representativas de diversas regiões do mundo e articulações globais, a comissão nasce do acúmulo de lutas coletivas e do compromisso de garantir que, na COP-30, os povos originários não estejam apenas à margem, mas no centro do debate climático. A meta de credenciar mil lideranças indígenas na Zona Azul não é um número: é símbolo de um processo de retomada, de presença e de poder. Com sabedoria ancestral, articulação

política e coragem histórica, o movimento indígena mostra ao mundo que não há saída para a crise climática sem a demarcação das terras indígenas.

O movimento indígena celebra a criação da Comissão para a COP30 e a reconhece como um espaço adicional de articulação global e espera que a Comissão fortaleça a incidência indígena na agenda climática, em consonância, parceria e solidariedade com outros espaços de enorme relevância como o Caucus Indígena, onde temos o orgulho de ter uma representação na Co-presidência em nome de Sineia Wapichana. Celebramos e reconhecemos a legitimidade do espaço do Caucus e contamos com a articulação entre os dois espaços de participação indígena para o avanço das demandas dos povos indígenas do mundo e para a concretização do tão almejado reconhecimento da autoridade indígena e a da importância da garantia de nossos direitos na luta contra as mudanças climáticas ■

Nossa luta é pela Vida, pela Mãe Terra, pela Constituição e pelo futuro de toda a humanidade.

Assinam a presente carta:

APIB | Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, formada pelas organizações regionais:

Apoiome | Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo

Arpinsudeste | Articulação dos povos indígenas da região Sudeste

Arpinsul | Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul

Comissão Guarani Yvyrupa

Conselho do Povo Terena

Coiab | Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

Aty Guasu | Grande Assembleia do Povo Guarani Kaiowá



Organização do Acampamento

71

Foto: Matheus Alves

Coordenação do Acampamento

Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoimne):
Dinamam Tuxá

Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (Arpinsul):
Kretã Kaingang

Articulação dos Povos Indígenas da Região Sudeste (Arpinsudeste):
Fabiano Awá Mitã

Assembleia Geral do Povo Kaiowá e Guarani (Aty Guasu):
Norivaldo Guarani Kaiowá

Comissão Guarani Yvyrupa:
José Benites

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab):
Kleber Karipuna

Conselho do Povo Terena:
Alberto Terena

Infraestrutura, Logística e Doações

Coordenação executiva:
Marcos Sabaru

Coordenação técnica:
Janaina de Oliveira

Coordenação logística:
Santxie Tapuya Guajajara
Verissimo

Equipe:
Gilmara Terena
Ytawanay Fulni-ô
Carlos Fulni-ô
Nathan Fulni-ô
Jonathan Vinícius
Alice Andiara de Oliveira e Souza
Vanicleisson Dias Karajá Amorim
Julia Garrido de Oliveira
Adalberto Luiz
Anderson Tuxá
Yamandu Guarani
Suhyasun Pataxó
Dahara Pataxó
Diego Flores
Maíla Karajá
Yrapoan Fulni-ô

Comissão Documentário 20 Anos da Apib

Paulino Montejo
Marcos Truká
Yago Kaingang
Grazy Kaimbé
Thiago Barreto
Marina vieira

Captação e Projetos

Coordenação Executiva:
Dinamam Tuxá
Kleber Karipuna

Coordenação técnica:
Janaina de Oliveira

Equipe:
Ivo Lima
Diego Flores
Jonathan Vinícius

Sistematização de Pautas e Redação Política

Coordenação Executiva:

Kleber Karipuna

Coordenação Política:

Paulino Montejo

Redação e Orientação Política:

Ingrid Martins

Marcos Sabaru

Comunicação

Coordenação geral:

Samela Sateré Mawé

Tukumã Pataxó

Yago Kaingang

Coordenação

Cobertura Colaborativa:

Samela Sateré Mawé

Coordenação de Imprensa:

Ariel Bentes

Identidade Visual:

Ju Sting

Guto Palermo

Luiz Almeida

Equipe:

Ariel Bentes

Geanini Hackbardt

Gustavo Palermo

Jaú Ribeiro

Ju Sting

Luiz Almeida

Sally Nhandewa

Francisca Kanamari

Thiago Barreto

Kamikia Kisedje

Alexandre Pankararu

Carol Truká

Dino Owera

Édina Mĩgfe

Gabriel Karai

Kaue Terena

Kefas Matos

Nailson Wapichana

Richard Wera Mirim

Sandy Yusuro

Sandro Terena

Than Pataxó

Secretaria

Secretário Executivo:

Danilo Tupinikim

Equipe:

Thaine Fulni-ô

Alice Andiará

Programação e Cerimonial

Coordenação Técnica:

Danilo Tupinikim

Coordenação Política:

Kleber Karipuna

Dinamam Tuxá

Kretã Kaingang

Fabiano Awá Mitã

Norivaldo Guarani Kaiowá

José Benites

Alberto Terena

Cerimonial

Coordenação técnica:

Danilo Tupinikim

Equipe:

Bárbara Tupinikim

Suhyasun Pataxó

Deones Terena

Jurídico

Coordenação política

Maurício Terena

Equipe:

Ricardo Terena

Maíra Pankararu

Yuri Pataxó

Ingrid Martins

Victor Streit

Iorrannis Moreira

Jucinei Terena

Internacional

Coordenação executiva:

Dinamam Tuxá

Kleber Karipuna

Coordenação técnica

Karina Melo

Equipe:

Lais Brasileiro

João Victor Pankararu

Espaço de Saúde, Cuidados e Ancestralidade

Composição:

Coordenação política e articuladora:

Joici Mandulão Macuxi

Coordenação dos voluntários:

Gleucemir Rodrigues Macuxi/

Wapichana

Sarah Oliveira

Coordenação de Medicina Indígena:

Iolanda Macuxi

Juliana Mandulão Macuxi

Coordenação de Médicos:

Zig Pataxó

Coordenação dos residentes:

Francyslaine Vitória da Silva

Coordenação de enfermagem:

Lucileila Macuxi

Coordenação de Práticas Integrativas em Saúde:

Vanessa Lopes

Luara Serrano

Registros e Apoio:

Gleucemir Rodrigues Macuxi/

Wapichana

Cultura e Animação

Coordenação política:

Kleber Karipuna

Coordenação técnica:

Danilo Tupinikim

Apoio:

Thaine Fulni-ô

Jonathan Kaingang

Arildo Terena

Segurança

Coordenação política e técnica:
Nilcelio Jiahui

Equipe:

Jonas Reis de Castro
Andirlei P. de castro
Maura Diloane dos Anjos Sarmento
Takak Nhoti Xikrin
Dalson dos Santos
Ricardo de Campos
Gilvana S. Sardinha
Alain S. de Deus
Mauri W. S. V
Alescio R. Quevedo
Ernesto Soares
Elielson A. Ramos
Ruan K. Wai Wai
Thiago D. Castelano
Bep-Êre K. Panara
Evanice da Silva
Luís F. Mendes
José W. T. Cabral
Ivaneis G. Moreira
Helena Moreira
Jeremias P. Matias
Enivaldo Silvério
Anderson C.
Leticia Betcel
Lidia C. A. Sarmento
Geriselson F. Santos
Evanilson S. Sousa
José O. S. Lopes
Abraão S. Feitosa
Jadenilson A. de Sousa
Fernanda dos Santos
Kelven M. de Sousa
Ruan R. Custódio
Gustavo P. da Silva
Diego A. Rodrigues
Darilda C. da Silva
Marlice C. da Silva
Alex Barbosa
Clodomir T. Canela
Idenilson A. Munduruku
Jesse K. Munduruku
Edelson P. Munduruku
Alberto Ta Pa
Rop kara Suya
Assunção Ferreira Guimarães
Mateus Lopes Melo

Lucas Ramon dos Santos Pereira
Vicente Celestino C. Marques
Moises M. Cardoso
Luciano M. Kanela
Rogerio P. Kanela
Jaciana A. Kanela
Marineide P. Kanela
William L. de M. Martins
Maria C. L. de Moura
Wesley A. M. Martins
Ionara C. das Chargas
Celso Alziro
Aldair P. Kraho
Sara K. de Almeida
Roberto Alziro
Samuel Velasque
Mateus A. Costa
Vitor Ernesto Benites
Alfredo Francisco C. Helio Paz Fernandes
Teresio Ortega Vera
Sinair Santos da Silva
Geremias Prudente
Wesley J. L. Ferreira
Arlan dos Santos
Emerson S. de Oliveira
Eladio J. Tupaium
Arnaldo F. de Deus
Ademar J. Nasci
Maria R. C. Ferreira
Keferson R. dos Santos
Arankie P. Tenorios
Diarone Campos da Silva
Aypunã S. Lima
Jendson F. de Sousa
Daniel Katokin
Michel G. S. de Araujo
Voninho B. Pedro
Renata Castelão
Itahwanã da S. L. Pataxó
Claudemira Mendes
Luis Fabiano Mendes
Santa Lopes
Willian dos Santos
Paulo A. P. de Lima
Vanuzia C. Santos
Maria Marta da Costa
Kaique S.V Xipaia
Rosenilda Candido
Sandra de Paula Santos
Valdecir O. Catarina

Gestão de Resíduos Sólidos

Apoio:

Central de Cooperativas de Trabalho de Materiais Recicláveis do Distrito Federal (CENTCOOP-DF)

Cozinha

Coordenação da cozinha:

Janaina de Oliveira

Nutricionista:

Ana Lydia Gonçalves da Cruz
Eduardo Loureiro Kegles Torres

Cozinheiros e cozinheiras:

Ivonete Maria de Jesus
Manuel Soares da Rocha Neto
Janice Amador da Silva
Warley Victor dos Santos Oliveira
Cleonice Rodrigues Pereira
Antônio Rosa Oliveira
Pedro de Araújo França
Eliamara Ribeiro da Silva
Cléino Camargos de Oliveira
Maria Rita Ramos de Souza
Maria Eunice Pinto de Oliveira
Marizete Pereira de Oliveira
Marizete Pereira de Oliveira
Edmar Sousa Tavares
Deusanira Viana da Silva
Deuzita de Souza Moraes Magalhães
Patrícia Francisca das Neves Santos
Divina Francisca das Neves
Jhonatas Francisco das Neves Santos
Márcio da Silva Gomes
Geni Maria Barbosa
Laudoseia Rosa Correia
Antônia Pereira dos Santos
Edleuza Sousa Tavares

Lojinha da Apib

Equipe:

Diego Flores
Maíla Karajá
Marina Vieira

Tenda CAFI Parentinho

Realização:

COIAB
CAFI - Centro Amazônico
de Formação Indígena

Ação Doutores da Amazônia

Dra Nilva Vitorino
Dra Sonia Casanova
Dra Luiza Iglesias
Dr Caio Machado
Dr Felipe Brandine
Dr George Lamacchia
Ana Augusta Rocha
Dra Jade
Dra Larissa Nunes
Dra Débora Correia
Dra Isabella Correia
Dr Lucas Zambrim

Memória e Relatoria

Coordenação executiva:

Kleber Karipuna

Coordenação política:

Paulino Montejo

Coordenação técnica:

Ivo Lima

Flacso Brasil:

Alice Brasil
Aline Quintão
Andrea Azevedo
Andrea Valentim
Bárbara Nonato
Carolina Diniz
Fábio André Diniz Merladet
Felipe Ernando
Isabel Iaene Barbosa
Jennifer Rafaela Bombonatti
Kathia Dudyk
Luciano Nunes Ribeiro
Márcia Câmera

Equipe de voluntários:

Abigail da Costa Faria
Alicia Silva Uchôa Correia

Andrezza Márcia Medeiros Silva
Ana Carolina Pires Pereira
Anna Cecília Batista Maia
Cátia Cristina Bocaiuva Maringolo
Carla Judith Cetina Castro
Daniel Porcel Bastos
Edinalva da Silva Mendes
(Edy Serigy Tupinambá)
Érica Soares Assis
Felipe Batista Ferreira de Oliveira
Isadora Porto Medeiros Costa
Júlia Araújo Carvalho
Julia Lucia Helena Lauriola
Larissa Cristina de Sousa Ferro
Lays Gonçalves da Silva
Lenio Vieira Carneiro Junior
Marília Gabriela Barros De Moraes
Mariana Rodrigues Luciano
Polyana Cristina Paro
Roberth Oliveira da Glória
Saenandoah Tiradentes Dutra
Sara Ferraz de Jesus Lima
Simone Braga Farias
Tiago de Oliveira
Wanderson Sousa Costa
Yuri Magalhães Silva



Expediente da Revista ATL 2025:

Este documento foi organizado conjuntamente pela APIB e Flacso Brasil.

Coordenação editorial:

Dinamam Tuxá | APIB

Organização de textos:

APIB;

Flacso Brasil: Alice Brasil,
Bárbara Nonato e Jennifer Bombonatti.

Revisão:

Jaú Ribeiro | APIB

Projeto gráfico e diagramação:

Ju Sting | APIB

Fotos:

Comunicação APIB, Organizações Regionais
e Cobertura Colaborativa ATL2025



Anexos

Foto: Édina Mígfe / APIB



Foto: Sally Nhandewa

Demandas e expectativas dos Povos Indígenas para a COP30: “A Resposta Somos Nós”

Nós, povos indígenas, Sempre Estivemos Aqui. Resistimos à invasão de nossos territórios e ao genocídio impetrado contra os nossos ancestrais e contra nós nesses 525 anos.

Em 2025, celebramos um marco fundamental para a Aliança e Unidade na Diversidade dos nossos Povos, a unificação e o fortalecimento das nossas lutas. Comemoramos 20 anos de existência da nossa organização; a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

Nós, povos indígenas, somos guardiões não apenas da natureza, mas também da Constituição Federal de 1988, que empunhamos em nossas lutas porque ela reconheceu o nosso direito nato, congênito, originário às terras que ocupamos tradicionalmente, que a terra é nossa por direito e que não invadimos território de ninguém.

A maior parte das emissões de CO2 do Brasil vêm do desmatamento de todos nossos biomas. É comprovado que os Territórios Indígenas são as áreas com menor desmatamento em nosso país. Isso demonstra que nós somos parte fundamental da solução para a crise climática. Para que o Brasil consiga atingir suas metas climáticas, é fundamental ter não apenas o reconhecimento dos nossos territórios através da efetivação da demarcação, mas também a proteção efetiva de nossos territórios e modos de vida.

Celebramos a inauguração do Círculo dos Povos e da instalação da Comissão Internacional Indígena para a COP30. Esperamos que este espaço inédito de articulação possa de fato responder à nossa demanda histórica de inclusão dos Povos indígenas no centro do debate sobre as mudanças climáticas, o que seja um legado para as próximas Conferências do Clima.

Por isso, para a COP30, exigimos:

- 1.** Reconhecimento da Demarcação dos Territórios Indígenas como Política de Mitigação Climática na NDC Brasileira, com metas específicas de Demarcação no Plano Clima Nacional.
- 2.** Articulação do Governo Federal com países aliados no anúncio do compromisso global de reconhecimento dos territórios indígenas e de povos e comunidades tradicionais na COP30, como medida efetiva de enfrentamento à crise climática.
- 3.** Compromisso efetivo com o desmatamento zero até 2030, enfrentando o agronegócio que é o principal responsável pelo desmatamento e invasão de nossos territórios.
- 4.** Fim dos combustíveis fósseis já. Uma agenda realmente comprometida com o enfrentamento da crise climática não é compatível com a exploração de petróleo na Foz do Amazonas, no sul do Brasil ou em qualquer um de nossos biomas.
- 5.** A necessária transição energética não pode significar mineração em nossos territórios. Exigimos comprometimento dos Três Poderes contra qualquer medida que tente estabelecer qualquer projeto de mineração nos territórios indígenas.
- 6.** Acesso direto ao financiamento climático através dos nossos mecanismos de fundos indígenas.
- 7.** Participação plena dos povos indígenas na COP30: demandamos 1.000 credenciais para os povos indígenas de todo o mundo na Zona Azul.
- 8.** Apoio do Governo Federal para a participação do movimento indígena e demais movimentos sociais durante a COP30, com suporte de recursos para a estrutura da Cúpula dos Povos.
- 9.** Proteção integral das nossas defensoras e defensores. Nossos territórios são os menos desmatados porque nós estamos lá para defendê-los com nossos modos de vida.

Esperamos que a demarcação dos nossos territórios seja de fato um compromisso assumido e um legado da Presidência Brasileira para os povos indígenas, para o Brasil e para o Mundo nessa COP. Nossa luta é em defesa da Mãe Terra, da Constituição Federal e portanto para o futuro dos nossos povos e da humanidade inteira ■

**Territórios Vivos, Humanidade Segura
Pelo Clima, Pela Democracia,
Pelo Futuro Da Humanidade:**

**A Resposta Somos Nós!
Demarcação Já!**

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)



Carta das Originárias da Terra - ANMIGA: Sempre estivemos aqui!

Tenda da ANMIGA – Acampamento Terra Livre | Abril de 2025

Nós, Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade, reunidas na Tenda da **ANMIGA – Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade** — no Acampamento Terra Livre 2025, em Brasília, território ancestral dos povos originários aqui reafirmamos a nossa luta e ecoamos as vozes das Originária dos seis Biomas Brasileiros.

Nós, Guardiãs do planeta, viemos das florestas, dos Cerrado, do Pampa, dos mangues, da Caatinga, das águas e dos campos abertos. Viemos carregando as memórias de nossas ancestrais, os sonhos das nossas crianças e a força que brota da terra viva que habitamos e protegemos.

Nós estamos em guerra, não existe conciliação dos nossos Direitos Originários, o nosso marco é ancestral, sempre estivemos aqui. Desta forma nós Guerreiras da Ancestralidade viemos repudiar e manifestar solidariedade e apoio à deputada federal Célia Xakriabá, agredida pela

Polícia Militar do Distrito Federal e pelo Departamento de Polícia Legislativa do Congresso Nacional na noite do dia 10/04/25.

Ao final da realização da Marcha intitulada “A Resposta Somos Nós”, ocasião em que os povos indígenas se manifestavam pacificamente e sem qualquer ameaça à ordem pública, as forças de segurança acima referidas agiram repentinamente e de maneira violenta agredindo a deputada, suas assessoras e assessores e alguns indígenas com gás de pimenta e gás lacrimogênio. A situação causou feridas físicas e deixou todos muito abalados, em uma demonstração evidente de violação do direito constitucional à liberdade de expressão.

A deputada, machucada e abalada, teve dificuldades para se identificar e conseguir atendimento médico no interior da Câmara de Deputados, seu local de trabalho e onde, sabidamente, há um Departamento Médico.

A nós, mulheres, é inevitável perguntar: Se fosse um homem, branco, de terno, isso teria acontecido? A violência, insiste em achar alguns alvos e nós, mulheres indígenas, somos um alvo recorrente, a violência de gênero, política e racial escancarada neste caso não passará impune.

Célia é nossa deputada, uma parlamentar legitimamente eleita! Quando a polícia agride uma parlamentar indígena que está pacificamente protestando por direitos ao lado de seu povo, nós estamos prestes a atravessar uma linha após a qual não há mais democracia. Iremos tomar as medidas cabíveis para vermos punidos todos os responsáveis por esta absurda agressão a uma parlamentar eleita em seu ambiente de trabalho.

Não nos calarão e, muito menos, às nossas representantes.

Reafirmamos:

Que os nossos corpos são territórios sagrados, e que sem terra demarcada, sem água limpa, sem saúde, sem educação de nossos modos, sem proteção das nossas mulheres e meninas, não há justiça nem democracia.

Denunciamos:

A violência sistemática que atinge as mulheres indígenas em todos os cantos do Brasil — física, sexual, psicológica, política e espiritual.

A invisibilidade histórica das mulheres indígenas, em especial das mulheres dos povos do Nordeste, do Pantanal, do Cerrado e de regiões fronteiriças.

O racismo institucional que nega políticas públicas específicas, acesso à saúde diferenciada, educação bilíngue, proteção das nossas parceiras, rezadeiras, benzedeiros e dos nossos modos de curar e ensinar.

A ausência de acesso à água potável em muitas de nossas comunidades, colocando em risco a vida dos nossos povos.

O avanço do garimpo, do agronegócio, das queimadas e dos empreendimentos predatórios que destroem a mãe-terra e violentam os nossos corpos.

Exigimos:

1. A demarcação e proteção imediata de todos os territórios indígenas. Terra demarcada é território livre de violência!
2. Políticas públicas de enfrentamento à violência

contra mulheres e meninas indígenas, construídas com a nossa participação e sabedoria.

3. Garantia do direito à água limpa e segura para todas as comunidades indígenas.

4. Criação de Casas de Mulheres Indígenas em todas as regiões do Brasil, com atendimento especializado e escuta respeitosa.

5. Educação escolar indígena diferenciado com valorização das línguas originárias e dos saberes das mulheres anciãs.

6. Saúde indígena respeitando os saberes tradicionais, com presença de parteiras, benzedeiros e agentes indígenas de saúde em todos os territórios.

7. Participação efetiva das mulheres indígenas em todos os espaços de decisão — locais, nacionais e internacionais.

8. Proteção das mulheres indígenas refugiadas e migrantes, com políticas específicas para acolhimento, documentação e garantia de direitos.

9. Reconhecimento e apoio às mulheres indígenas como defensoras dos direitos humanos e da Mãe-Terra.

10. Criação de mecanismos internacionais de proteção às mulheres indígenas diante de crimes ambientais e violências praticadas por empresas transnacionais.

Declaramos:

Que continuaremos tecendo redes de cuidado, proteção e luta. Seguiremos em rezo, seguiremos em roda, seguiremos em marcha, com os pés fincados na terra e os olhos apontando para os sonhos de liberdade, justiça e vida plena para todos os povos ■

Que o mundo nos escute.

Que os governos nos respeitem.

Que os territórios sejam livres e os nossos corpos protegidos.

Porque nossos corpos são territórios.

E nossos territórios são vida!

Assinam:

Mulheres Indígenas dos Seis Biomas Brasileiros e Organizações Internacionais de Mulheres Indígenas

Carta da Década Internacional das Línguas Indígenas no Brasil

“Nada para nós sem nós”

La Declaración de Los Pinos - Chapoltepek

Nós, representantes dos Povos Indígenas reunidos no dia 10 de abril de 2025 presentes no Acampamento Terra Livre, viemos por meio das nossas línguas ancestrais ecoar nossas vozes, nossos cantos, rezas e danças, manifestando a importância das nossas línguas para nossas vidas, nosso bem viver, para os nossos territórios, para a valorização das nossas histórias e memórias, pois através dela nos conectamos com as nossas espiritualidades.

O Brasil ainda não tem uma política nacional articulada voltada para a diversidade das línguas originárias. No entanto, é urgente garantir o futuro das línguas indígenas por meio de políticas de fortalecimento e valorização das mesmas. Para essa construção, é importante articular as ações dos diversos organismos nacionais e internacionais que tem apoiado, de diversas formas, a vitalidade e a revitalização das nossas línguas, tais como a UNESCO, os Ministérios dos Povos Indígenas, da Justiça, da Saúde, da Educação, da Cultura, além da FUNAI, IPHAN, diferentes governos estaduais, e diferentes organizações não-governamentais, universidades, associações indígenas e outras entidades presentes na sociedade.

Nessa construção, consideramos essencial a implementação e efetivação do Projeto de Lei de Valorização das Línguas Indígenas, que está tramitando no Ministério dos Povos Indígenas, bem como o Projeto de Lei nº 2935/22 de Reconhecimento de Tradutores e Intérpretes Indígenas, em tramitação no Congresso Nacional.

Entendemos que uma política unificada para as línguas indígenas passa necessariamente pela cooficialização, a nível federal, de todas as línguas indígenas brasileiras. Os marcos legais, contudo, não se bastam sozinhos, e precisam ser acompanhados por ações práticas em todas as esferas. Essas ações precisam incluir as diferentes realidades das línguas indígenas e também a realidade do Braslind (o português como falado pelos povos indígenas) e as Línguas Indígenas de Sinais - LIS.

Essas ações práticas devem incluir, em todas as esferas e instituições:

- ▶ Apoio aos centros que irradiam o cuidado, fortalecimento e despertar das línguas: centros de língua materna, ninhos de língua, casa de reza, espaços culturais;
- ▶ Elaboração e publicação de materiais de educação bilíngue, incluindo o Braslind e as LIS;

- ▶ Formação e contratação de intérpretes e tradutores indígenas para garantir o atendimento e o acesso aos direitos em língua indígena na justiça, serviço social, educação, saúde e outras esferas civis;
- ▶ Garantia de concursos específicos nas universidades para professores indígenas bilíngues, que possam promover a educação enraizada na própria experiência indígena;
- ▶ Criação da Universidade Indígena tendo como pilar central a cosmovisão e as epistemologias dos povos indígenas, por meio de suas línguas orais, das LIS e do Braslind;
- ▶ Reconhecimento das políticas e demandas locais e regionais de cada povo indígena e suas línguas, sobretudo no que diz respeito à garantia de recursos para apoiar publicação de materiais próprios para o ensino e promoção das línguas e saberes indígenas.
- ▶ Reconhecimento dos territórios como reservas da biosfera, sempre em consulta aos povos indígenas;
- ▶ Garantia de Políticas integradas, dentro da esfera do MERCOSUL, em relação aos povos indígenas falantes e os que buscam a revitalização de suas línguas em contextos fronteiriços e em mobilidade devido a circulação ancestral própria de cada povo ou a questões humanitárias.
- ▶ Garantia de políticas de fortalecimento das línguas dos povos indígenas em mobilidade e transfronteiriço.

Em relação ao Ministério dos Povos Indígenas, que siga criando caminhos institucionais para o protagonismo dos povos indígenas sobre suas próprias políticas. Pedimos especialmente pela criação do Programa Língua Indígena Viva, que contemple as ações do Plano Nacional da Década das Línguas Indígenas.

Nós, do GT Nacional das Línguas Indígenas para a Década Internacional das Línguas Indígenas, reafirmamos nosso compromisso em continuar ouvindo os parentes e promovendo o diálogo coletivo, com o objetivo de construir uma política nacional para as línguas indígenas. Nosso próximo passo será a realização do II Encontro Nacional da Década das Línguas Indígenas, que ocorrerá no estado do Mato Grosso do Sul.

Por fim, reafirmamos a inconstitucionalidade do Marco Temporal, e afirmamos a necessidade do respeito pela vida dos povos indígenas, agilidade na demarcação dos nossos territórios e a garantia pela proteção de todos os territórios e biomas ■

***Sem a valorização das línguas indígenas
não há um futuro ancestral.***

Demarcação já!

Educação e Cultura Indígena:

“Educação é um direito, mas tem que ser do nosso jeito!”

Entre os dias 07 e 11 de abril de 2025, durante a 21ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL), a **Tenda da Educação e Cultura Indígena** foi espaço de encontro, escuta e articulação de professores, estudantes, gestores e lideranças indígenas de todas as regiões do Brasil. Com a participação entre 800 a 1.000 representantes de diferentes povos – como Atikum, Baniwa, Baré, Borari, Dessano, Funiô, Guajajara, Guarani, Kaiapó, Kambeba, Kaingang, Kariri, Kokama, Kura-Bakairi, Munduruku, Pankararu, Pataxó, Piratapuaia, Potiguara, Sateré-Mawé, Mura, Ticuna, Tukano, Tupinambá, Xavante, Xikrin, Xukuru entre outros – o momento reafirmou o compromisso coletivo com a luta por uma educação escolar indígena de qualidade, intercultural, específica, diferenciada, bilíngue e comunitária para todos os povos.

O **Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (FNEEI)**, em conjunto com instituições parceiras como o Instituto Plurinacional de Pesquisadores e Pesquisadoras Indígenas (INPPEI) e União Plurinacional de Estudantes Indígenas (UPEI) e Pontão de Cultura e universidades públicas, acolheu e organizou os debates, apresentações culturais e rodas de diálogo. Este documento reúne as principais pautas debatidas e se constitui como uma ferramenta de incidência junto ao Ministério da Educação (MEC), Ministério da Cultura, Sistemas de Ensino, Universidades, Instituições de Ensino, Congresso Nacional e demais órgãos responsáveis pela formulação e execução de políticas públicas educacionais.

Reivindicações Prioritárias:

1. EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Órgão responsável: Ministério da Educação (MEC), CAPES, CNE, Congresso Nacional

Reivindicamos:

- ▶ Criação da Universidade Indígena Plurinacional: com Gestão autônoma, currículo próprio, saberes tradicionais, línguas e espiritualidade indígena
- ▶ Criação de Secretaria Nacional de Educação Escolar Indígena no Ministério da Educação (nos moldes da SESAI) com estrutura específica dentro do governo federal para coordenar políticas de educação escolar indígena.

- ▶ Implementação da consulta livre, prévia e informada em todas as políticas educacionais e ambientais que afetem os povos indígenas.
- ▶ Formação inicial e continuada de professores indígenas - Cursos interculturais, intercientíficos, especializações e concursos com cotas para docentes indígenas
- ▶ Bolsa Permanência - Ampliação federal/estadual, regularidade nos pagamentos, apoio às mães e estudantes em áreas rurais.
- ▶ Ensino Médio Indígena e judicialização - Defesa de ensino médio específicos, diferenciados, interculturais, bilíngues/multilíngues, proteção legal contra retrocessos e judicializações.
- ▶ Educação a Distância (EaD) - Rejeição à imposição sem consulta. Propostas contextualizadas aos territórios.
- ▶ Participação indígena no novo PNE (2025–2035) - Consulta livre, metas específicas, financiamento e indicadores adequados.
- ▶ Combate ao racismo no ensino superior - Observatórios, cotas em concursos, mapeamento de estudantes, apoio a coletivos indígenas e campanhas educativas.
- ▶ Casas de apoio estudantil indígenas - Infraestruturas adequadas próximas às universidades.
- ▶ Avaliação e currículo com base nos saberes indígenas - Reconhecimento dos referenciais indígenas na produção acadêmica. Atualização dos referenciais curriculares da educação escolar indígena.

2. CULTURA E IDENTIDADE INDÍGENA

Órgão responsável: Ministério da Cultura, Ministério da Educação, Pontões de Cultura, Congresso Nacional

Reivindicamos:

- ▶ Criação de editais específicos para Pontões de Culturas Indígenas - Apoio à produção artística, materiais didáticos, eventos e expressões culturais próprias.

- ▶ Produção de materiais didáticos bilíngues e interculturais - Com financiamento público e protagonismo indígena
- ▶ Inclusão de rituais, espiritualidade e calendários culturais no currículo escolar - Reconhecimento institucional das práticas tradicionais na escola
- ▶ Fomento à cultura alimentar indígena - Apoio à alimentação escolar com produtos tradicionais e hortas escolares
- ▶ Apoio à memória, línguas e espiritualidade indígena - Como fundamentos de uma educação emancipadora e culturalmente referenciada. Ações pedagógicas e curriculares nas escolas articuladas à Década das línguas indígenas.

3. JUSTIÇA CLIMÁTICA E TERRITORIALIDADE

Órgãos responsáveis: Ministério do Meio Ambiente, Ministério dos Povos Indígenas, Funai, Itamaraty, ONU, Congresso Nacional

- ▶ Reconhecimento da educação escolar indígena como instrumento de justiça climática
- ▶ Formação docente em mudanças climáticas e educação ambiental com base nos saberes tradicionais.
- ▶ Participação ativa nas COPs (COP30), ONU, FILAC - Representatividade com voz e voto nas plenárias oficiais internacionais.
- ▶ Fortalecimento da PNGATI e dos PGTAs - Apoio técnico e financeiro para construção e implementação participativa.
- ▶ Resgate dos Sistemas Agrícolas Tradicionais (SATs) - Soberania alimentar, combate às mudanças climáticas e valorização de sementes tradicionais.
- ▶ Políticas contra impactos da agricultura mecanizada - Defesa dos territórios e biodiversidade.
- ▶ Criação de bancos comunitários de sementes e feiras de troca de saberes - Incentivo aos conhecimentos tradicionais e ancestrais.
- ▶ Políticas públicas para acesso à água, transporte e energia sustentável nas aldeias
- ▶ Enfrentamento aos efeitos da crise climática e garantia de infraestrutura digna.
- ▶ Reflorestamento, recuperação de áreas degradadas e gestão territorial com base nos etnomapeamentos e etnozoneamentos - Educação articulada ao cuidado ambiental e uso sustentável do território.

- ▶ Reconhecimento da Natureza como sujeito de direitos. Direitos Humanos com Direitos à Natureza - Apoio à PEC em tramitação, com base nos princípios indígenas de cuidado com a Terra. Promoção de estudos, pesquisas e debates.
- ▶ A Tenda da Educação no ATL 2025 reafirma o compromisso dos professores indígenas com uma educação que respeita e valoriza a diversidade dos povos originários do Brasil. Diante dos desafios enfrentados – cortes de bolsas, ausência de políticas efetivas, racismo institucional, exclusão de direitos básicos, retrocessos pedagógicos – este documento se coloca como uma agenda coletiva de luta e transformação.

Reivindicamos:

- ▶ Que o MEC e demais órgãos respondam formalmente a este documento.
- ▶ A abertura de mesas permanentes de diálogo com o FNEEI e demais organizações indígenas.
- ▶ Que as decisões sobre as políticas de educação escolar indígena sejam construídas com base no princípio de participação e protagonismo indígena, por meio de consulta livre, prévia e informada.
- ▶ Que todos os debates sobre políticas educacionais sejam realizados nos estados a partir de seminários locais.
- ▶ Ensino das línguas indígenas nas escolas não indígenas.
- ▶ Que o ATL seja incorporado no calendário acadêmico das universidades ■



Educação é um direito, mas tem que ser do nosso jeito. Somos diversos, somos muitos, e não abrimos mão de ensinar e aprender com nossos próprios saberes.

Manifesto “Vivências ancestrais: corpos indígenas com deficiência”

No dia 09 de abril de 2025, às 15h, aconteceu no 21º Acampamento Terra Livre (ATL) a roda de conversa “**Vivências ancestrais: corpos indígenas com deficiência**”. A programação aconteceu na tenda da APOINME, teve duração de 2 horas e 30 minutos e contou com a participação de indígenas com deficiências e familiares de indígenas com deficiências de diversas etnias. Foi a primeira vez na história do ATL que uma programação voltada para debater as experiências da deficiência em corpos indígenas aconteceu. Este manifesto é fruto das trocas e demandas levantadas pelos parentes no decorrer do evento em questão.

De acordo com o censo do IBGE de 2010, o último a mapear o número de indígenas com deficiências, mais de 15 mil indígenas possuem deficiências graves, isto é, não conseguem de modo algum enxergar, ouvir, andar, subir escadas e pessoas com deficiência intelectual. Nós, e tantos outros parentes com deficiências, enfrentamos inúmeras questões como dificuldades no acesso ao transporte, à saúde e à educação, além da exclusão dentro e fora de nossos territórios, ficando invisíveis para a maioria da população.

Ressaltamos que nossa luta faz parte do movimento indígena na busca por direitos, dignidade e olhar mais respeitoso e atencioso por parte das autoridades e dos nossos territórios. Sabemos que muitos parentes possuem também alguém com deficiência em suas famílias e destacamos que a deficiência pode ser adquirida ao longo da vida de qualquer um de nós, povos indígenas. Por isso, torna-se importante realizar um trabalho de conscientização para combater atitudes preconceituosas, desrespeitosas e discriminatórias dentro e fora dos nossos territórios. Juntos, precisamos abraçar a luta dos indígenas com deficiências e indígenas surdos e defender nossa dignidade e direito à vida.

Nossa reivindicação por direitos e dignidade é antiga, contando com parentes que estão na luta há mais de duas décadas sem sequer terem sido ouvidos ou considerados. Nossa voz precisa ecoar dentro e fora dos territórios de forma autônoma, evidenciando o protagonismo de nossas experiências na elaboração de políticas públicas adequadas. Não queremos mais que falem por nós, mas que nos ouçam com respeito e consideração e que façam chegar nossas demandas àqueles responsáveis por construir um país mais inclusivo para todos.

Desejamos que o espaço para debater a vivência de corpos com deficiências no Acampamento Terra Livre seja garantido como parte da programação em todos os anos. É preciso que, para além de garantir o espaço, o acampamento também garanta acessibilidade e segurança para que nossos corpos possam circular livremente pelo evento. Para isso é necessário não só a adequação da acessibilidade física com rampas, banheiros adaptados, veículos com acessibilidade para que os parentes se desloquem de seus territórios até Brasília e Tradutores e Intérprete de LIBRAS e das Línguas Indígenas de Sinais, mas uma comissão organizadora permanente no ATL que conte com indígenas com deficiências e surdos em sua composição. É preciso também um mapeamento dos indígenas com deficiências que queiram participar das edições do ATL, a fim de disponibilizar de forma adequada a acessibilidade.

Ressaltamos, ainda, a necessidade de a APIB, como representante nacional dos povos indígenas, iniciar um trabalho de conscientização sobre a deficiência, com conteúdo informativo que combata o capacitismo e o preconceito. Ao longo da nossa roda de conversa, ouvimos que durante os três primeiros dias de acampamento, parentes com deficiências foram motivo de risos e chacota por outros parentes, evidenciando um preconceito que precisa ser enfrentado. O que aconteceu no ATL é apenas um retrato do que também acontece dentro e fora dos nossos territórios, onde somos vistos como piada e pouca dignidade.

Para as autoridades brasileiras, destacamos a necessidade de padronização do mapeamento do quantitativo de indígenas com deficiências no Brasil. Sem um mapeamento adequado de quantos somos e de quais são as nossas deficiências é como se não existíssemos para as políticas públicas e os nossos governantes. Se não existimos nas estatísticas, torna-se impossível capacitar profissionais de saúde e realizar a atenção diferenciada para nós, indígenas com deficiências e surdos, questão essencial quando falamos de uma saúde indígena com qualidade.

Muitos de nós ainda vivemos escondidos no fundo de nossas aldeias, sem qualquer acesso a direitos básicos como benefícios sociais, transportes, terapias e atendimentos de saúde adequados. O acesso à saúde de qualidade demanda tempo, deslocamento e dinheiro, e necessitamos do apoio do Estado Brasileiro para viver com dignidade. Para ter uma

vida digna, precisamos não só de atendimentos e reabilitações variadas como neurologista, psicólogo, terapeuta ocupacional e psiquiatra, mas de encaminhamentos adequados e em tempo hábil por parte da atenção primária para a atenção especializada.

Situação semelhante de exclusão e invisibilidade ocorre na educação, em que muitos de nós ainda enfrentamos dificuldades de acessar com dignidade o ensino e o mercado de trabalho. Destacamos que, muitas vezes, não temos profissionais capacitados em número suficiente que compreendam as nossas necessidades, sobrecarregando os profissionais existentes e, conseqüentemente, prejudicando também a qualidade do ensino. Além disso, ainda somos vistos por muitas pessoas como menos capazes de aprender e ter uma vida autônoma quando comparados com nossos parentes sem deficiências.

Como indígenas, precisamos estar atentos também para os diagnósticos que nos marcam como resultado de estudos do colonizador branco e que, muitas vezes, não levam em consideração as especificidades ancestrais, culturais e nem as cosmovisões de nossos povos. É preciso problematizar os resultados de uma medicina hegemônica e solicitar que nossas entidades apoiem pesquisas e trabalhos que questionam esses diagnósticos, apontando outras possibilidades teóricas indígenas que sustentam novas compreensões dos nossos adoecimentos.

Ao longo da nossa programação, sentimentos de impotência, exclusão, discriminação, falta de liberdade e invisibilidade foram compartilhados pelos presentes. Não queremos o sentimento de pena por parte dos nossos governantes e de nossos parentes. Queremos ser parte da luta. Não queremos que outros parentes que venham a nascer ou adquirir deficiências ao longo de suas vidas, nem suas famílias, venham a sofrer o que sofremos e passar o que passamos. Se o movimento indígena é coletivo, por que a nossa luta continua sendo solitária? Se muitas vezes o movimento indígena e as políticas indigenistas são nosso refúgio, como viver com dignidade se somos excluídos?

Sabemos que ser indígena no Brasil já é difícil. Ser indígena com deficiência é ser duplamente marginalizado. Temos todo o direito e capacidade de ocupar qualquer espaço desde que haja o acolhimento necessário. Queremos que a sociedade pegue em nossas mãos e lute junto conosco, pois não há como compreender o indígena com deficiência sem ouvir o que ele tem a dizer.

A nossa esperança é de que este manifesto ultrapasse as fronteiras do ATL, alcance outros parentes dentro e fora de seus territórios e chegue aos gestores e governantes responsáveis por elaborar as políticas públicas. Precisamos urgentemente de um olhar diferenciado para nós indígenas com deficiências e surdos.



Não queremos mais ser os invisíveis dos invisíveis. Somos parte da diversidade dos povos originários, existimos e estamos aqui!

Brasília, 09 de abril de 2025

Indígenas com Deficiências – ATL

Assinaturas:

Equipe organizadora da roda de conversa “Vivências ancestrais: corpos indígenas com deficiência”:

Fábio Titiar

Glória Potyguara

Luiz Titiar

José Carlos Pataxó Hãhãhae

Júlia Vilela Garcia

Kanhu Raka

Paulo Karai Xondaro de Oliveira

Raphael Potyguara

Samingo Pataxó

Siana Kelle Pinto Guajajara

Ynathari Ampak

Membros do grupo Indígenas com Deficiências – BRASIL:

Agenor Guajajara

Dafne Papayá

Daniel Ferreira de Oliveira Xukuru Daniel Pereira da Silva Xukuru

David Kaique Rodrigues dos Santos

Fábio Teodoro Barcelos

Homayra Ranna Alves

Jacó dos Santos da Paixão Tupinambá de Olivença

Jéssica de Freitas

Jôcanoeiros Maxakali

Juryty Guerém

Maria José Muniz de Andrade Ribeiro

Paulo Titiar Vieira

Theo Oliveira Murta



Nota de apoio - ARPINSUL: Sobre a violência cometida durante a marcha do ATL 2025

Nós, Povos Indígenas da região sul, somamos a força e resistência juntos aos milhares de guerreiros e guerreiras na semana do dia 7 a 11 de abril de 2025 no 21º Acampamento Terra Livre, bradando nossas vozes em defesa da vida e da constituição, e também reafirmando nosso compromisso que somos a resposta no enfrentamento a crise climática.

Foram dias intensos de muito engajamento e alianças debatendo e buscando caminhos de soluções para as diversas causas que afetam a vida dos nossos povos, além das manifestações nas ruas da capital do Brasil com duas grandes marchas, além das diversas intervenções e incidências nas plenárias do ATL e em outros espaços.

Lamentavelmente na marcha no final da tarde do dia 10 (penúltimo dia do ATL) a polícia militar do DF e forças de segurança legislativa receberam de forma truculenta as lideranças e autoridades indígenas que estavam reivindicando e buscando soluções para as graves ameaças aos direitos, ao clima, à biodiversidade e aos territórios.

Nosso sentimento é de total repúdio pelo episódio que aconteceu, principalmente, com as mulheres entre elas, com a nossa deputada federal indígena Célia Xakriabá (PSOL - MG). Consideramos essa situação uma das mais lamentáveis, não somente porque é uma parlamentar, mas a forma como as instituições de segurança tratam nossos povos. Se fazem isso com uma grande autoridade indígena, estão prontos para tratar com muito mais truculência as nossas lideranças que estão nas bases.

Nesta terrível ocasião não estamos só querendo lamentar, mas que seja investigada tal atitude que segundo informações o comando de segurança do DF já estavam cientes e previam o ataque aos povos indígenas que estavam manifestando pacificamente contra os retrocessos e projeto de leis inconstitucionais.

Nós povos indígenas da região sul declaramos nosso apoio a todas e todos que continuam na luta incansável, e principalmente neste momento àqueles que sofreram os ataques pela polícia durante a marcha do dia 10 de abril, sobretudo a nossa deputada federal, não só de Minas Gerais mas de todo Brasil ■



Nota de apoio - FNEEI, UPEI e INPPEI: Sobre a violência cometida durante a marcha do ATL 2025

Nós, professores (as), estudantes, lideranças participantes da Tenda da Educação e Culturas Indígenas organizada pelo Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (FNEEI), a) vimos a público manifestar a nossa irrestrita solidariedade à deputada Federal Célia Xakriabá e aos demais parentes indígenas que foram vítimas de um ato violento, covarde e inaceitável, ocorrido no dia 10 de abril de 2025, durante a Marcha “A resposta somos nós”, realizada no âmbito do Acampamento Terra Livre (ATL), em Brasília-DF.

Repudiamos veementemente o ataque com spray de pimenta lançado contra os manifestantes indígenas, entre eles a deputada Célia Xakriabá, uma mulher liderança, professora e representante legítima dos povos indígenas no Congresso Nacional. A violência praticada contra a marcha pacífica é mais um reflexo do racismo estrutural, da criminalização das lutas dos povos indígenas e da tentativa sistemática de silenciar as vozes que lutam em defesa dos seus direitos, territórios e modos de vida.

Marchar em Brasília, ocupar os espaços de poder e fazer ecoar as vozes das ancestralidades é um direito legítimo e constitucional dos povos indígenas. A repressão violenta contra essa expressão democrática e pacífica não pode ser naturalizada ou aceita em uma sociedade que se pretende justa, plural e democrática.

Exigimos que os responsáveis por este ato de violência sejam devidamente identificados e responsabilizados. Reforçamos ainda que a proteção dos direitos humanos e dos direitos dos povos indígenas deve ser prioridade do Estado brasileiro, sobretudo em um contexto de mobilizações históricas como o Acampamento Terra Livre.

Reafirmamos nosso compromisso com a luta em defesa da vida, dos territórios, da educação diferenciada, da democracia, da justiça e dos direitos dos povos indígenas, nos somando à coragem e resistência das mulheres, dos professores, dos estudantes, das lideranças e de todos os parentes que seguem em marcha ■

A resposta somos nós, vivos, firmes e em luta.

Brasília-DF, 11 de abril de 2025.

Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena – FNEEI
União Plurinacional dos Estudantes Indígenas – UPEI
Instituto Nacional de Pesquisadores e Pesquisadoras Indígenas – INPPEI



Nota de apoio - Conselho do Povo Terena de Mato Grosso do Sul:

Sobre a violência cometida durante a marcha do ATL 2025

O Conselho do Povo Terena de Mato Grosso do Sul, representado por seu Coordenador Regional, vem pela presente manifestar sua solidariedade e apoio irrestrito à deputada Federal Célia Xakriabá (PSOL/MG) em razão da violência sofrida pela mesma, cometida por agentes da Polícia Legislativa do Congresso Nacional e do Governo do Distrito Federal por ocasião da marcha pacífica e programada pelo Acampamento Terra Livre (ATL), em frente ao Congresso Nacional, denominada A Resposta Somos Nós, em repúdio à Lei do Marco Temporal (14.701/2023) para a demarcação das terras indígenas e as tratativas da Câmara de Conciliação criada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) visando a artificial negociação de nossos direitos constitucionais pétreos.

Referida agressão policial foi registrada por diversos veículos de comunicação, em nível nacional e internacional, que demonstraram a ação gratuita, violenta e desproporcional contra uma parlamentar indígena no exercício de seu mandato e cidadania, em defesa dos direitos e interesses dos povos indígenas do Brasil, em frente ao seu local de trabalho, o Congresso Nacional.

Foram obtidas provas sobre a truculência policial que aferiram que servidores públicos responsáveis pela ação abusiva respaldaram previamente as agressões, inclusive com gravações divulgadas amplamente pela imprensa, como “Deixa descer logo... Deixa descer e mete o cacete se fizer bagunça”. A gravação foi anexada à representação movida pela parlamentar junto ao Ministério Público Federal e STF como prova inequívoca de incitação à violência, corroborando a intenção premeditada dos agentes públicos responsáveis pela ação.

Causa-nos espanto e profunda indignação que após as ações golpistas de 08 de janeiro de 2023, onde vários agentes políticos do Distrito Federal, justamente pelas falhas e conivências relatadas pela Polícia Federal e MPF, tornaram-se réus no Supremo Tribunal Federal, e ainda assim, atuais mandatários se prestaram a agredir uma parlamentar eleita em uma manifestação pacífica por direitos, democracia e paz.

Nós do povo Terena de Mato Grosso do Sul temos pleno conhecimento das ingerências de parlamentares e políticos da extrema-direita em todo Brasil contra nossos direitos irrevogáveis e de suas pretensões a deslegitimar nossas lutas e agredir nossas lideranças em todas as esferas de poder e estamos preparados e unidos para o enfrentamento, pela vida dos povos e da mãe terra.

Não irão nos coagir e avançaremos! Estamos unidos com nossos parentes de todos os povos indígenas do Brasil em nosso Acampamento Terra Livre, nossa grande assembleia, para pensar e decidir sobre nossos rumos para o futuro em busca de soluções viáveis em respeito à vida e a natureza, para um Brasil melhor e de paz, mesmo diante de todas as adversidades atuais.

Posto isso, nós do povo Terena de Mato Grosso do Sul reivindicamos que o Ministério Público Federal e o Supremo Tribunal Federal tomem todas as providências necessárias visando à punição dos responsáveis diretos e indiretos que atentaram com violência contra nossa parlamentar indígena Célia Xakriabá para que novas agressões contra nossas lideranças não ocorram novamente ■

Acampamento Terra Livre, Brasília/DF
11/04/2025



BAIXO CARBONO
PELA JUSTIÇA CLIMÁTICA,
OUVIR OS POVOS ORIGINÁRIOS
É A SOLUÇÃO!

RINDA ESTE...
ILHARES DE...
JUSTIÇA CLIMÁTICA

A resposta
somos nós

DEMARCAÇÃO
JÁ

AMAZÔNIA LIVRE
DE GARIMPO

AMAZÔNIA LIVRE
DE GARIMPO

AMAZÔNIA LIVRE
DE GARIMPO

AMAZÔNIA LIVRE
DE GARIMPO

AMAZÔNIA LIVRE
DE GARIMPO

AMAZÔNIA LIVRE
DE GARIMPO

PELO CLIMA E PELA AMAZÔNIA
RESPOSTA SOMOS NÓS

Foto: André Guajajara



apiboficial.org
apib.se@apiboficial.org
[apiboficial](https://www.instagram.com/apiboficial)
[apiboficial](https://www.facebook.com/apiboficial)
[apiboficial](https://www.youtube.com/apiboficial)
[APIBOFICIAL](https://www.youtube.com/APIBOFICIAL)